

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ANA CLARA SANTOS BERTELLA**

**POLÍTICA EXTERNA CANADENSE: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DOS**  
**ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

**Florianópolis,**  
**2019**

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bertella, Ana Clara  
POLÍTICA EXTERNA CANADENSE : UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA  
DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA / Ana Clara Bertella ;  
orientador, Patrícia Fonseca Arienti, 2019.  
71 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,  
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Política Externa  
Canadense. 3. Canadá como Potência Média. 4. Canadá como  
Potência Pequena. 5. Teoria da Classe Dominante. I.  
Fonseca Arienti, Patrícia . II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III.  
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
DISCIPLINA MONOGRAFIA – CNM 7280**

ANA CLARA SANTOS BERTELLA

**POLÍTICA EXTERNA CANADENSE: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA  
DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação  
em Relações Internacionais do Centro Sócio-  
Econômico da Universidade Federal de Santa  
Catarina como requisito para obtenção do  
Título de Bacharel em Relações Internacionais  
Orientador: Prof. Dr. Patrícia Fonseca Arienti

Florianópolis,  
2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 à aluna Ana Clara Santos Bertella na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dra. Patrícia Fonseca Arienti

---

Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho

---

M.e Pedro Lange Netto Machado

*Às universidades públicas, livres e de qualidade.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Aos meus pais, Maria Clara e Odi, pelo dom da vida e da família, do amor e da educação.

Obrigada por construírem as pontes que me permitiram chegar até aqui.

Obrigada por serem meu lar.

Aos meus irmãos Felipe e Geize, por dividirem a loucura que é viver em família comigo.

Obrigada por sempre me entender.

Aos meus primos Caroline e Rodrigo, por abrirem as portas da sua casa para mim e compartilhar inúmeros momentos maravilhosos.

Obrigada por serem minha segunda casa.

Aos meus amigos Fábio, Fernanda, Victoria e Lara por fazerem meus piores dias serem não tão ruins assim.

Obrigada por serem alegria no meu dia-a-dia.

Às minhas colegas de apartamento e amigas, Alessandra, Laura, Lívia, Andressa e Bia, por dividirem comigo garrafas de vinho e panelas de brigadeiro.

Obrigada por fazerem eu me sentir em casa.

À minha turma de 14.2, por ser exemplo de companheirismo, amizade, luta e diversidade.

Obrigada pelo truco, pelas festas e pelos resumos compartilhados.

Aos demais amigos que fizeram parte da minha caminhada acadêmica, por estarem sempre dispostos a tomar um café, conversar, debater.

Obrigada por tornarem meus dias mais completos.

Ao Cory, por me aguentar nessa montanha-russa de emoções que é fazer a monografia e por nunca deixar de me incentivar.

Obrigada por ser meu parceiro.

À minha orientadora, Patrícia Arienti, pela humildade, caráter e sabedoria com que leciona.

Obrigada por ser um exemplo de Professora em tempos tão difíceis.

Por fim, agradeço à UFSC, por me ensinar sobre a vida, sobre a sociedade e sobre a importância da educação.

Obrigada por ser morada nos últimos 5 anos.

Obrigada por tudo.

## RESUMO

A presente monografia tem como temática a política externa canadense. O objetivo principal é analisar a influência dos Estados Unidos da América na política externa canadense, nas dimensões política, de segurança e econômica. Para tal, foi utilizado arcabouço teórico baseado nas escolas Liberal Internacionalista, de Dependência e da Classe Dominante dentro da Análise de Política Externa Canadense, principalmente no que tange o debate entre Potência Média e Potência Pequena. Entende-se que os níveis de influência estadunidenses, tanto na dimensão política quando na dimensão econômica do Canadá, são altos. Verificou-se que há uma relação de dependência do Canadá para com os Estados Unidos, tornando-o suscetível às influências do mesmo no âmbito da política internacional.

**Palavras-chave: Canadá. Política Externa Canadense. Classe Dominante. Potência Média. Dependência Madura. Liberal Internacionalista.**

## **ABSTRACT**

This final paper focuses on the analysis of Canadian foreign policy. The main objective of this study is to analyze the influence of the United States of America on Canadian foreign policy in the political, security and economic dimensions. For that purpose, a theoretical framework based on the Liberal Internationalist, Dependency and Class Class Schools within the Canadian Foreign Policy Analysis was used, mainly regarding the debate between Middle Power and Small Power. It is understood that the levels of American influence, both in the political dimension and the economic dimension of Canada are highly elevated. It was verified the existence of a dependence relationship of Canada to the United States, making Canada susceptible to the United State's influence in the international politics realm.

**Keywords: Canada. Canadian Foreign Policy. Dominant Class. Middle Power. Mature Dependency. Liberal Internationalist.**

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CONTRIBUIÇÕES ESTADUNIDENSES E BRITÂNICAS NO TOTAL DE INVESTIMENTOS EXTERNOS A LONGO- PRAZO NO CANADÁ ENTRE 1926-1978 (EM MILHÕES DE CAD\$ E PORCENTAGEM).....	36
TABELA 2 - RESULTADOS, EM PORCENTAGEM, DOS POSICIONAMENTOS DIPLOMÁTICOS CANADENSES POR CRISE (2004-2011) .....	61

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - VALORES DE EXPORTAÇÃO DO CANADÁ (EM BILHÕES DE US\$) ..	53
GRÁFICO 2 – VALORES DE IMPORTAÇÃO DO CANADÁ (EM BILHÕES DE US\$)..	53
GRÁFICO 3 - VALORES DE EXPORTAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS (EM BILHÕES DE US\$).....	55
GRÁFICO 4 - COMPARAÇÃO DAS PORCENTAGENS DE PAUTA IMPORTAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS E CANADÁ .....	57
GRÁFICO 5 - COMPARAÇÃO DAS PORCENTAGENS DE PAUTA DE EXPORTAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS E CANADÁ .....	57

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PARADIGMAS DE RI .....	20
FIGURA 2 - ESCOLAS DE ESTUDO DE POLÍTICA EXTERNA CANADENSE .....	27
FIGURA 3 - ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES PARA OS ESTADOS UNIDOS (1980-2015) .....	54
FIGURA 4 - DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS .....	55

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 Objetivo Geral.....	14
1.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 Metodologia.....	14
1.3 Estrutura.....	15
<b>2 UMA BREVE INTRODUÇÃO À ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA.....</b>	<b>17</b>
2.1 A Teoria Realista na Análise de Política Externa.....	21
2.2 A Teoria Liberal na Análise de Política Externa.....	23
2.3. A Teoria Construtivista na Análise de Política Externa.....	24
2.4. A Política Externa Canadense.....	26
<b>3 O CANADÁ COMO POTÊNCIA MÉDIA OU POTÊNCIA PEQUENA.....</b>	<b>30</b>
3.1 O Canadá como Potência Média.....	30
3.2 O Canadá como Potência Pequena.....	34
<b>4 A RELAÇÃO CANADÁ-ESTADOS UNIDOS.....</b>	<b>39</b>
4.1 Canadá e os Estados Unidos.....	39
4.2. Políticas dos Estados Unidos para com o Canadá.....	41
4.3 Dimensão Política.....	44
4.4 Dimensão da Segurança.....	48
4.5 Dimensão Econômica.....	50
4.6 A Política de Alinhamento do Canadá.....	58
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América tornaram-se o motor de um sistema capitalista que serviu de base para a criação de uma nova era da economia global, além de um novo modelo organizacional entre as nações. Segundo Marcelo Santos (2006), a criação de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio possibilitou que os Estados Unidos constituíssem uma sólida base econômica, alavancando assim seu poder e influência no mundo.

Portanto, para a maioria dos países ao redor do globo, a influência dos Estados Unidos na sua formação política e estrutura econômica iniciou-se neste período – porém, para os países do continente americano essa influência tem início muito mais cedo. Social, política e economicamente, o Canadá tem sido historicamente influenciado pelo desenvolvimento de seu vizinho. Compartilhando o custo de divisão de uma imensa fronteira, as duas nações nasceram, cresceram e se desenvolveram lado a lado.

A região da América do Norte, antes habitada majoritariamente por povos indígenas<sup>1</sup> foi colonizada primeiramente por franceses e ingleses. Os franceses, que se estabeleceram na região centro-norte do continente, sobreviviam e lucravam com o comércio de pele. Os ingleses, montaram suas colônias de povoamento no litoral leste do continente e passaram a sobreviver do plantio e comércio entre as regiões e a metrópole. Em 1670, o Rei Carlos II da Inglaterra concedeu à Companhia da Baía de Hudson exclusividade na utilização comercial da Baía, acirrando a competição do mercado de peles entre ingleses e franceses. A competição no continente norte-americano levou as metrópoles a uma guerra pelo domínio do território, conhecida como a Guerra dos Sete Anos (GOVERNMENT OF CANADA, 2015).

Com a assinatura do Tratado de Paris, em 1763, a maior parte do território norte-americano passou a ser controlado pela Inglaterra, e grande parte da população de origem francesa passou a habitar o território conhecido hoje como a província de Quebec – porém ainda sob o controle britânico. Insatisfeitos com os custos da guerra e guiados por ideais revolucionários, diversas colônias britânicas se rebelaram contra sua metrópole, iniciando a

---

<sup>1</sup> No Canadá, povos que habitavam o território canadense previamente a imigração europeia são chamados de “*aboriginal peoples*”. Hoje, graças a um grande movimento de reparação histórica, são reconhecidos, juntamente com ingleses e franceses, como fundadores da nação canadense.

Revolução Americana (1776). Tal revolução deu início a uma separação entre as colônias inglesas no continente norte-americano, uma vez que as colônias em território canadense eram leais à Coroa, e não se uniram ao processo de independência das colônias em território estadunidense (GOVERNMENT OF CANADA, 2015).

A partir deste momento, a distinção entre povos do norte (canadenses) e povos do sul (estadunidenses) tornou-se ainda mais forte. Na Guerra Anglo-Americana de 1812, entre Estados Unidos e Reino Unido, o Canadá, como colônia britânica, lutou contra seu vizinho em defesa de seu território. O Tratado de Gante (1815), manteve o *status quo* pré-guerra e determinou, em grande parte, os limites territoriais dos países conhecidos até hoje.

A partir da (complicada) unificação canadense e seu crescimento econômico e populacional, as relações com os Estados Unidos passaram a se fortalecer. O comércio entre os países, suas participações na Primeira Guerra Mundial e a preocupação com a segurança continental passaram a aproximar as nações, que viviam – cada uma à sua medida – isoladas do centro geopolítico mundial da época, a Europa.

Isto se deu até o século XX, quando o Canadá passou a ter do outro lado da fronteira o maior superpoder nuclear do mundo, gerando assim, uma revisão da balança de poder regional. Desde então, a diferença entre os dois países na escala de poder tornou-se um importante elemento quando se pensa em influência, especialmente, devido ao fator fronteiriço que une as duas nações. Segundo Sean Bruges (2006, p.100) "Uma verdade central e desconfortável existe no coração da política externa canadense: os Estados Unidos são centrais para os interesses econômicos e de segurança do Canadá".

Apesar de geograficamente próximas, as duas nações possuem culturas políticas distintas, o que acaba por influenciar também seus papéis no sistema internacional. O Canadá possui uma política interna de multiculturalismo, democracia e liberdade que se expande em sua política externa no apoio a órgãos multilaterais internacionais, ajuda humanitária e missões de paz. Os Estados Unidos, que se formou política e economicamente baseado em ideais liberais, busca utilizar sua influência no sistema para a manutenção de seu poder e expansão de seus valores – tanto de forma isolacionista quanto internacionalista. Ou seja, o país utiliza-se da multilateralidade do sistema para manter seu status quo, ou influenciar uma grande esfera além de suas bordas, e também se utiliza de seu poder no sistema para agir unilateralmente – e, muitas vezes, militarmente - em questões as quais não são bem vistas pela comunidade internacional (DEUDNEY; MEISER, 2008)

Porém, apesar das grandes diferenças políticas entre as duas nações, é possível observar indícios de influência estadunidense em atos de política externa do Canadá no

sistema internacional que não condizem com os valores multilaterais da Política Externa Canadense.

Assim, o presente trabalho busca analisar a relação entre Canadá e Estados Unidos, para que seja possível observar as possíveis influências sofridas na política externa canadense em razão do poder, tamanho e proximidade de seu vizinho. A principal questão deste estudo é, portanto, analisar a política externa canadense e responder a seguinte pergunta: em que medida é possível afirmar que a política externa canadense age de forma independente da política externa dos Estados Unidos?

### **1.1 Objetivo Geral**

O objetivo geral deste trabalho é analisar como a relação com os Estados Unidos influencia a política externa canadense, fazendo com que a mesma não seja exercida de forma independente no sistema internacional.

### **1.2 Objetivos Específicos**

Para se alcançar o objetivo geral proposto, elencam-se três objetivos específicos:

1. Identificar os pressupostos da política externa canadense, a partir da análise do debate entre Potência Média e Potência Pequena;
2. Elaborar um breve histórico político, econômico e de segurança sobre a relação entre Canadá e Estados Unidos;
3. Verificar se a política externa canadense é independente ou não dos Estados Unidos através de um breve estudo de caso.

### **1.3 Metodologia**

O presente trabalho utilizará como alicerce para sua fundamentação teórica a análise bibliográfica e documental no que se refere à coleta de informação. Segundo Gil (1987, p.50), a análise bibliográfica "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" e sua principal vantagem (...) "reside no fato de

a mesma permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente."

Para basear a fundamentação teórica, está previsto o uso de literaturas referentes às questões intrínsecas do problema proposto, como formação da política externa, teoria liberal, teoria realista e teoria construtivista. A partir desta narrativa, o emprego de premissas construtivistas conduz a análise do trabalho, destacando o papel das ideias, ideologias, classes e discursos na formação da política externa de um país.

Para melhor elucidar a formação da política externa do Canadá, a presente monografia terá como referência teórica escolas da análise de política externa canadense, como a Liberal Internacionalista, a escola da Dependência e a da Classe Dominante. Tais premissas se encontrarão expostas no debate que permeia a formação de política externa canadense, a partir do entendimento do Canadá como Potência Média, de autores como Adam Chapinck e Edgar McInnis, ou do Canadá como Potência Pequena, de autores como Heather-Jo Hammer, John Gartrell e Cranford Pratt. Considerando-se os objetivos geral e específicos do presente trabalho, não será retratada a análise de Política Externa dos Estados Unidos da América, uma vez que o estudo da formação de política externa do país não propicia os instrumentos necessários para o diagnóstico do problema proposto.

A partir da fundamentação teórica, o trabalho buscará apresentar a relação de dependência do Canadá para com os Estados Unidos. Primeiramente na dimensão política, elucidando como a estrutura dominada por classes de diferentes nichos pode influenciar na tomada de decisão dos atores canadenses. Em seguida, como a relação de segurança e defesa entre os países acaba por fortalecer o vínculo de dependência do Canadá, levando-se em consideração o poder bélico de seu vizinho e os diversos acordos de proteção regional e continental. Será apresentada também a dimensão econômica, que retrata a dependência econômica do Canadá para com os Estados Unidos através da análise comercial entre os dois países. Por fim, uma breve análise da política de alinhamento canadense em questões externas buscará corroborar com a premissa de Canadá como Potência Pequena, dependente dos Estados Unidos.

### **1.3 Estrutura**

De acordo com a classificação dos estudos científicos formulada por Gil (1987), a atual pesquisa tem caráter qualitativo, uma vez que busca analisar e explicar fenômenos

subjetivos, cujos os principais procedimentos técnicos baseiam-se na pesquisa bibliográfica e documental – assim como exposto previamente. Procurando atingir seus objetivos, o trabalho se desenvolverá a partir de três pilares: o da análise teórica, o da análise conjuntural e o da análise de dados. O primeiro pilar buscará apresentar as principais teorias das Relações Internacionais e das Ciências Econômicas que obtiverem lentes explicativas para os fenômenos estudados. O segundo pilar terá como objetivo uma explanação das conjunturas que poderiam vir a influenciar o problema proposto. O último pilar tem como objetivo entender como a análise teórica e conjuntural podem se traduzir em levantamentos de dados, e como estes podem ajudar a promover novas teorias sobre o tema.

Desta forma, a presente monografia será dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo introduz o tema a ser estudado e apresenta os objetivos propostos. O segundo capítulo destaca as principais teorias de Análise de Política Externa. O terceiro capítulo apresenta o principal debate que permeia as escolas de análise de política externa canadense. O quarto capítulo expõe as diferentes dimensões da relação entre o Canadá e os Estados Unidos e os resultados da análise dessas relações. Por fim, o quinto e último capítulo retrata os pontos estudados ao longo do trabalho e conclui a monografia.

## 2 UMA BREVE INTRODUÇÃO À ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

Para que seja possível uma melhor análise da política externa canadense e dos possíveis fatores que a determinam, é necessário o uso de um arcabouço teórico e analítico que permita o delineamento do estudo e, assim, seu aprofundamento. Para definir tal arcabouço, optou-se por realizar, primeiramente, uma breve recapitulação das principais teorias de política externa as quais poderiam fornecer as ferramentas analíticas necessárias para a exploração do estudo.

Em seu livro “Introdução à Análise de Política Externa”, Ariane Figueira (2011) introduz o século XX como de grande importância para o surgimento de teorias analíticas sobre o comportamento dos Estados. Cercado por mudanças políticas, econômicas e sociais, além de importantes fenômenos beligerantes, o século XX atizou diversos estudiosos a questionar a formação da tomada de decisão dos atores estatais, principalmente em épocas de tensão internacional. Tais fatores deram início ao estudo da subdisciplina de APE (Análise de Política Externa), e três obras, de acordo com Hudson (2005), se destacaram como fundadoras do campo: “*Decision Making as an Approach to the Study of International Politics*” de Snyder, Bruck and Sapin (1954); “*Pre-theories and Theories of Foreign Policy*” de Rosenau (1964) e a obra “*Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Contexto of International Politics*” de Sprout e Sprout (1965).

De acordo com Valerie M. Hudson (2005), a obra de Syner e seus colegas foi de extrema importância para o campo da Análise de Política Externa, uma vez que trouxe o foco de estudo para o processo de formação de decisão, e não somente de análise dos resultados. A obra de Rosenau, por sua vez, deu abertura a uma importante corrente de estudos dentro da APE, chamada política externa comparada, cuja principal característica é “a busca pela identificação de tendências centrais nos padrões de comportamento externo e na diferenciação das escolhas dos Estados” (FIGUEIRA, 2011, p.21). E, por fim, o trabalho de Sprout e Sprout (1965) acrescenta premissas pós-positivistas aos estudos, trazendo o papel do contexto social para dentro da Análise de Política Externa (FIGUEIRA, 2011).

Tais obras fizeram parte de um grande contexto acadêmico que, assim como mencionado anteriormente, questionavam as ações dos Estados e buscavam por explicações, padrões de comportamento e até mesmo prognósticos de política internacional. E foi a partir daí que, segundo Figueira (2011), as teorias de Relações Internacionais passaram a se destacar no estudo de política externa – principalmente as duas maiores correntes analíticas até então: o realismo e o idealismo.

Tais teorias acabaram por iniciar um importante debate dentro da APE, entre tradicionalistas e pluralistas. A perspectiva tradicionalista baseia-se nas ideias da corrente do Realismo dentro das Relações Internacionais e,

[...] trata os Estados como atores unitários e monolíticos, em que as decisões de política externa estão centradas exclusivamente nas mãos do Executivo, desconsiderando a interação entre os agentes domésticos no processo de tomada de decisão (FIGUEIRA, 2011, p.11)

Ou seja, dentro da perspectiva tradicionalista, assim como na teoria realista, a política externa é formada de forma racional, homogênea e unitária – e representa uma “bola de bilhar”, desconsiderando, em grande parte (ou totalmente), os agentes domésticos e suas possíveis influências.

Por outro lado, teorias ligadas ao idealismo não possuem a mesma perspectiva em relação a formação da política externa de um país, principalmente tratando-se de seus agentes. De acordo com Figueira (2011, p.12) a corrente pluralista “[...] considera a multiplicidade de atores que interagem e influenciam as decisões internacionais adotadas pelos Estados, além de formar uma rede complexa de relações transnacionais”. Ou seja, na visão pluralista da APE, outros atores, tais como empresas multinacionais, organizações internacionais e organizações não-governamentais representam um papel de influência na tomada de decisões de política externa de um país, deixando de lado, então, a visão de que o interesse nacional e a política externa são tão homogêneas e unitárias tais como uma bola de bilhar.

Sendo assim, para muitos, de acordo com Kengley (1997, apud NEPOMUCENO, 2012, p.44) a APE foi compreendida apenas como “a expressão dos objetivos dos representantes estatais no cenário externo”. Por esta perspectiva, então, a análise de política externa se limitava apenas à interpretação da tomada de decisão dos principais atores estatais, nem sempre levando em consideração as influências sociais e políticas sofridas por estes atores.

Porém, para muitos autores, como Salomón e Pinheiro (2013,) a Análise de Política Externa não mais é reconhecida somente como uma subdisciplina das Relações Internacionais ou Ciência Política a qual o campo de estudos se limita à análise do processo decisório. De acordo com as autoras, a APE “inclui todos os aspectos (influências, contextos e práticas sociais, entre outros) que incidem em todas as fases (desde a formação da agenda até a implementação) de uma política externa” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p.42). Ou seja, para que seja possível realizar uma análise de política externa, é necessário tomar

conhecimento do processo de construção social que envolve a tomada de decisão, e não somente a análise da decisão em si.

Da mesma forma, como retrata Figueira (2011, p.19),

Um dos objetivos da Análise de Política Externa é incorporar um novo nível de análise a questões de natureza internacional, uma vez que se parte da premissa de que, antes da ocorrência, o ato internacional passa por um processo de decisão política a, permeado por regras, instituições, indivíduos, correlação de forças que definem a trajetória do resultado.

O presente trabalho utiliza como base a ideia pluralista supracitada de Análise de Política Externa, e entende a importância da influência de diversos fatores e contextos – sociais, políticos, geográficos e econômicos – na formação da política externa de um Estado. Porém, o trabalho reconhece a importância das demais teorias de interpretação na formação do estudo de APE, e, por esta razão, elenca as principais teorias e suas implicações.

Figura 1 - Paradigmas de RI

PARADIGMAS	REALISMO	LIBERALISMO	CONSTRUTIVISMO
<b>Principais Proposições Teóricas</b>	<b>Estados auto-interessados competem constantemente por segurança ou poder</b>	<b>Preocupação com o poder sobrepajada por considerações econômicas/políticas</b>	<b>Comportamento estatal moldado por crenças da elite, normas coletivas e identidades sociais</b>
<b>Principais Unidades de Análise</b>	<b>Estados</b>	<b>Estados</b>	<b>Indivíduos (especialmente elites)</b>
<b>Instrumentos Principais</b>	<b>Poder econômico e principalmente militar</b>	<b>Varia (promoção democrática, comércio, instituições internacionais)</b>	<b>Meias e discurso</b>
<b>Teóricos</b>	<b>Hans Morgenthau, Kenneth Waltz</b>	<b>Michael Doyle, Robert Keohane</b>	<b>Alexander Wendt, John Ruggie</b>
<b>Principais Limitações</b>	<b>Não leva em conta mudanças internacionais</b>	<b>Tende a ignorar o papel do poder</b>	<b>Teoria mais descritiva do que prescrita</b>

Fonte: Walt (1998, p. 38)

Para Walt (1998), as principais teorias de Relações Internacionais dentro da Análise de Política Externa são o Realismo, o Liberalismo e o Construtivismo. Assim como é possível observar na Figura 1, são diversas as diferenças entre as correntes de pensamento, sendo as principais delas as suas proposições teóricas e seus instrumentos de análise (melhor analisadas ao longo do capítulo). Entre elas, destaca-se o papel das ideias, dos discursos e dos indivíduos na Teoria Construtivista, que se afasta das premissas que colocam o Estado como o único ou

principal ator do sistema internacional. Tal importância deferida à construção social do Estado vai de encontro aos objetivos da análise de tomada de decisão previamente citados por Figueira (2011) e, assim como analisado ao longo do capítulo, oferece melhor capacidade explicativa para o estudo de política externa dos países.

Dessa forma, podemos entender o debate – entre tradicionalistas e pluralistas - de Análise de Política Externa tendo suas raízes em duas grandes teorias de estudo das Relações Internacionais: o Realismo e o Liberalismo. Ao longo do século XX, preceitos construtivistas também passam a se destacar como lente de análise da tomada de decisão dos atores no Sistema Internacional. As próximas seções do trabalho buscam apresentar o papel das três teorias de Relações Internacionais dentro do campo de Análise de Política Externa.

## **2.1 A Teoria Realista na Análise de Política Externa**

Os preceitos da Teoria Realista das Relações Internacionais em muito influenciaram o entendimento de política externa ao longo dos anos, não apenas para autores da própria linha realista, mas também servindo como base para a construção de outras teorias que se propuseram a estudar a política externa – como, por exemplo, o pensamento behaviorista sobre política externa (SMITH, 1986).

Um dos mais importantes autores – se não o mais importante – dentro da corrente realista, Hans Morgenthau possuía um entendimento muito claro de como observava a análise de política externa. O autor realista tomava como ponto de partida a suposição de que a natureza humana é egoísta e de que a anarquia do sistema é fator determinante para a tomada de decisões (MORGENTHAU, 1948). Ou seja, que “a inerente e imutável natureza egoísta do ser humano, quando debatido com a estrutura anárquica do sistema, resulta em Estados que maximizam uma coisa, o poder” (SMITH, 1984, p. 15).

Além disso, um dos princípios elencados por Morgenthau (1948) como sendo base para o entendimento do realismo político, é a racionalidade do ser humano. E, ainda de acordo com o estudioso, para entendermos a tomada de decisão de um ator político, é preciso que venhamos a nos colocar em sua posição, entender as circunstâncias nas quais o ator estava estabelecido e observar quais as alternativas racionais que o mesmo teria para lidar com um determinado problema.

Porém, a premissa dos atores racionais também pode ser encontrada em outras correntes de pensamento, como por exemplo na corrente idealista. Sendo assim, o grande

diferencial da linha realista na análise de política externa é a premissa de que os atores racionais buscam um interesse, e este interesse é “definido em termos de poder” (MORGENTHAU, 1948, p.22). Morgenthau (1948, p.7) ainda explana sobre como “buscar a chave da política externa com base exclusivamente nos motivos que orientam os políticos constitui intento fútil e enganador”. Isto se daria devido ao entendimento de que a motivação somente poderia ser analisada por uma perspectiva psicológica, e por isso poderia ser distorcida e até mesmo incompreensível. Desta forma, se torna importante salientar como para Morgenthau era necessária a formação de uma teoria que fosse prescritiva e racional, que fosse capaz de explicar as tomadas de decisão de forma clara, baseada apenas no interesse racional dos atores de acordo com anarquia do sistema no qual ele se insere.

Sendo assim, a Teoria Realista Clássica das Relações Internacionais contribuiu para a Análise de Política Externa através da visão de que era possível determinar a tomada de decisão de um ator estatal a partir dos pressupostos de que: o tomador de decisão era racional; o mesmo se encontrava em um sistema anárquico (que afetava todos os Estados da mesma forma) e que o mesmo teria como interesse maior a aquisição de poder.

Durante o fim da década de 1950 e toda a década de 1960, de acordo com Smith (1986), deu-se o início a uma nova perspectiva que objetivava explicar o comportamento da política externa de um Estado levando em consideração o ponto de vista sistêmico. O método behaviorista foi desenvolvido – de acordo com Smith (1986) – por autores como Morton Kaplan e Kenneth Waltz, e os mesmos trabalhavam em torno da questão de polaridade dentro do sistema, ou seja, com a noção de que

Em um mundo bipolar, por exemplo, esta característica estrutural imporia regras de comportamento a todos os Estados independentemente de suas ideologias e complexidade política. Estas regras seriam diferentes daquelas aplicáveis em um sistema multipolar, portanto a característica do comportamento seria explicável pelo conhecimento da estrutura de polarização do sistema (SMITH, 1986, p. 16, tradução nossa).

Porém, diferentemente do pensamento tradicional do realismo, o qual desconsidera os fatores domésticos como de grande influência na formação da política externa de um país, Waltz indica tais fatores (podendo os mesmos serem: forma de governo, ideologia e/ou grupos de interesse) como variáveis explicativas (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013). Desta forma, de acordo com Salomón e Pinheiro (2013), o autor mantém como fatores condicionantes de política internacional a anarquia do sistema e a distribuição de poder.

Para Salomón e Pinheiro (2013, p. 47) linhas mais recentes do realismo neoclássico reintroduzem “de maneira sistemática os fatores domésticos em suas explicações de política

externa [...] esses fatores não são considerados os determinantes principais, mas sim variáveis intervenientes, presentes em modelos que dão prioridade explicativa aos fatores sistêmicos”.

Por tratar os fatores domésticos com menos importância na formação de política externa, a corrente realista é criticada por muitos autores que acreditam que a APE deve englobar o estudo de políticas domésticas e a influência de atores não estatais em seu estudo. Como possível observar, por exemplo, na corrente idealista das Relações Internacionais.

## **2.2 A Teoria Liberal na Análise de Política Externa**

De acordo com Salomón e Pinheiro (2013) a Análise de Política Externa tem, em suas raízes, preceitos da corrente liberal de Relações Internacionais. Tal afirmação é decorrente da ideia de que o conflito pode ser evitado entre os atores do Sistema Internacional e de que o indivíduo, agindo por meio de instituições, “é o principal agente de mudança na política internacional” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 45). Ou seja, a partir do momento em que se pensa em cooperação no Sistema Internacional e no poder do indivíduo dentro de instituições, é possível, dentro do estudo da APE, calcular os possíveis *outputs* de determinados cenários, supondo que os atores buscarão sempre ou quase sempre o caminho menos beligerante.

Assim como no estudo teórico de Relações Internacionais, na subdisciplina de APE há uma substancial diferença entre a corrente realista e a corrente idealista: na APE, tal diferença é conhecida como fator Caixa-Preta. De acordo com Figueira (2011, p.20) “ a simbologia de abrir a caixa-preta significa desvendar aquilo que antes era tido como único e maciço”, ou seja, significa não mais considerar a política externa de um Estado uma bola de bilhar - maciça e unânime - cujo o processo decisório se baseia em busca por poder e reações às mudanças sistêmicas ou estruturais. Abrir a caixa-preta do Estado significa perceber que o processo decisório que formula a política externa de um país é altamente influenciado por fatores domésticos, e que os mesmos carregam consigo não somente interesses, mas também ideais divergentes. Desta forma, para o entendimento liberal das relações internacionais, o preceito realista do interesse nacional simplificado na busca por poder não oferece suficientes dimensões explicativas, uma vez que não leva em consideração a existência de uma resposta cooperativa dos fatores domésticos de um Estado.

Para Salomón e Pinheiro (2013), o peso das variáveis internas e agentes não-estatais em relação a variável sistemática na APE, dentro da teoria liberal de Relações Internacionais,

pode ser observada a partir do foco dado às mesmas por autores da corrente. A dupla cita alguns dos diversos trabalhos dentro da perspectiva liberal que buscam compreender a relação entre os Estados a partir de uma ótica doméstica – como por exemplo, “o papel pacificador das organizações internacionais (Zimmern 1936; Mitrany 1943), [...] o neofuncionalismo (Haas 1958); [...] ou o modelo da interdependência complexa (Keohane e Nye 1977)” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p.45).

Atualmente, ainda de acordo com Salomón e Pinheiro (2013) é possível observar os alcances da teoria liberal dentro do estudo de análise de política externa – Andrew Moravcsik, por exemplo

[...] tentou redefinir a teoria liberal de maneira a incluir as principais variáveis com as quais as diferentes correntes liberais tentaram explicar a política externa/internacional: ideacionais (efeitos das ideologias ou identidades culturais na política externa); institucionais (efeitos dos tipos de instituições de representação); e econômico-comerciais (efeitos dos tipos e políticas econômicas). O Novo Liberalismo de Moravcsik é uma tentativa de formular uma teoria geral das Relações Internacionais, dando precedência às variáveis internas sem desconsiderar, porém, o impacto das variáveis sistêmicas (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p.45)

Ainda assim, é importante enfatizar que, mesmo sendo uma teoria de tradição pluralista, a teoria liberal ainda compartilha de alguns paradigmas realistas - como o princípio da racionalidade humana e os preceitos da ciência positivista (FIGUEIRA, 2011). De acordo com Figueira (2011), foi a negação de tais preceitos positivistas - como por exemplo a proximidade das ciências humanas com as ciências naturais e matemáticas, a necessidade de validação ou falsificação empírica e a necessidade do distanciamento valorativo na ciência – que acabou por criar uma nova vertente teórica chamada pós-positivista, dentro da qual se enquadra o próximo item deste capítulo.

### **2.3. A Teoria Construtivista na Análise de Política Externa**

Apesar de não ter surgido como uma teoria de política internacional, a teoria construtivista em muito reforça o estudo das relações interestatais, uma vez que seus preceitos estão enraizados em algo pouco observado nas correntes realista e liberal: o impacto das ideias (WALT, 1998).

Diferentemente das teorias liberal e realista, a teoria construtivista não compartilha do paradigma positivista, uma vez que sua linha de estudo se baseia no “processo constante de construção social [...] o que não condiz com os preceitos de determinismo, da existência de uma verdade absoluta ou até mesmo com a não-valoratividade da ciência” (FIGUEIRA, 2011,

p.12). Além disso, autores da corrente construtivista, como Wendt (1992), não entendem o preceito da racionalidade humana tal como autores realistas – para ele, o racionalismo “oferece uma concepção fundamentalmente comportamental tanto de processos quanto de instituições: estes mudam o comportamento, mas não mudam identidades e interesses” (WENDT, 1992, p.392, tradução nossa). Ou seja, dentro da teoria construtivista, a racionalidade humana não é determinante, uma vez que a mesma apenas conduz o ser humano a fazer escolhas que a aproximem de seus objetivos – tais objetivos são socialmente construídos, e não necessariamente racionais. De acordo com Nicholas Onuf (1998, p.5, tradução nossa)

Agir para atingir seus objetivos é entendido como uma conduta racional, e agentes, quando confrontados com opções de escolha, irão agir racionalmente. Para outros, tais escolhas podem parecer menos racionais, mas isto se dá pela complexidade do agente e pela falibilidade humana.

Diferentemente também das teorias previamente citadas, o construtivismo não simplifica o Estado assumindo que o mesmo apenas busca poder ou comércio para sobreviver – “para a corrente construtivista o Estado é resultado de interesses e identidades; é altamente maleável e é um produto dos processos históricos que o formou” (WALT, 1998, p. 40). Por esta afirmação é possível compreender que os Estados não possuem sempre o mesmo objetivo – já pré-determinado como o poder, na teoria realista – uma vez que cada um passou por um processo histórico diferente, formou sua própria sociedade, com interesses e identidades distintos. Para o estudo de política externa, a teoria construtivista relativiza o papel das estruturas na ação dos Estados, pois, segundo Onuf (1998, p.6, tradução nossa)

[...] a estrutura é o que os observadores veem, enquanto instituições são por onde os agentes atuam. Ainda assim, a estrutura pode afetar os agentes. Nós somos frequentemente afetados por fenômenos, naturais e sociais, que podemos ver ou não, mas nós, então, respondemos como agentes ao colocarmos o que nos aconteceu em um contexto institucional. Quando agentes fazem isto, eles institucionalizam a estrutura [...]

A partir desta colocação é possível entender a tese de Alexander Wendt (1992) sobre como a estrutura anárquica do sistema é “o que os Estados fazem dela”. Segundo o autor, o que pode determinar o uso ou não da força entre os Estados não é a estrutura anárquica do sistema, mas sim a percepção que um Estado tem do outro. Desta forma, ao fazer a conexão entre a teoria social construtivista e as relações internacionais, o autor construtivista explica que “Os Estados agem de forma diferente em relação aos inimigos e aos amigos porque os inimigos são ameaçadores e os amigos não. A anarquia e a distribuição de poder são insuficientes para nos dizer qual é qual” (WENDT, 1998, p. 397, tradução nossa). Deste

modo, a teoria construtivista traz para o estudo de Análise de Política Externa também as ações dos agentes (que podem ser estatais ou não) e procura entender o papel que as ideias e construção social possuíram na tomada de decisão.

A Análise de Política Externa se assemelha em muito com a posição construtivista, que “não concede um peso maior nas explicações dos fenômenos internacionais nem às estruturas nem aos agentes [...] e também se opõe ao determinismo das teorias tradicionais das RI” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p.48). Tal característica não determinista da teoria faz com que os trabalhos de análises individuais de política externa tomem seus próprios caminhos empíricos de acordo com o cenário a ser examinado. Por esta razão, no presente trabalho, optou-se por analisar a relação Canadá-Estados Unidos através de lentes construtivistas, deixando, assim, que cada cenário a ser observado apresente seus principais enfoques.

#### **2.4. A Política Externa Canadense**

Nesta seção a autora busca introduzir as principais correntes da política externa canadense. Não é intenção da autora relatar de maneira extensa os aspectos políticos e legais que se desenvolveram ao longo dos anos, mas sim explicitar pontos chave que auxiliem na análise das relações Canadá e Estados Unidos.

Assim como nas Teorias de Relações Internacionais apresentadas ao longo do capítulo 2, há, dentro do estudo de política externa canadense, diferentes paradigmas que analisam as ações dos Estados e buscam entender a formação da tomada de decisão dos mesmos. Cranford Pratt (1983), em seu trabalho intitulado “*Dominant Class Theory and Canadian Foreign Policy: The Case of the Counter-Consensus*”, explana sobre tais diferenças, afirmando que dentro do estudo da política externa canadense, dois são os principais paradigmas e que, dentro de cada um, ainda existem diferentes vertentes de estudo, que buscam explicar a conjuntura de acordo com suas visões sobre os fatores de influência no assunto.

Assim como é possível observar na Figura 2, apresentada abaixo, para Pratt (1983), a principal diferença paradigmática se dá entre as premissas de política externa que dão ênfase aos fatores externos e as que enfatizam os fatores internos na tomada de decisão— e cada uma delas possui subdivisões que entendem o papel dos agentes e da estrutura de forma diferente.

De acordo com a Figura 2, formulada por Pratt (1983), dentro do estudo da Política Externa Canadense (PEC), oito são as escolas de maior influência na literatura: Liberal

Internacionalista, Nacionalista Radical, Realista Internacional, de Dependência, Estadista, Classe Dominante/Estruturalista, Pluralista e a de Classe Dominante/Instrumentalista.

**Figura 2 - Escolas de Estudo de Política Externa Canadense**

	<b>Paradigma A</b> <b>Preocupação primária com</b> <b>Fatores externos</b>	<b>Paradigma B</b> <b>Preocupação primária com</b> <b>Fatores internos</b>
<b>Altos níveis de autonomia estatal</b>	(1) Liberal Internacionalista (2) Radical Nacionalista (3) Internacionalista Realista	(5) Estadista (6) Classe Dominante/ Estruturalista
<b>Baixos níveis de autonomia estatal</b>	(4) Dependência	(7) Pluralista (8) Classe Dominante/ Instrumentalista

Fonte: Pratt (1983, p.102)

A Liberal Internacionalista é representada pelo entendimento do Canadá a partir da premissa canadense de Potência Média, constitui até hoje a principal escola de pensamento sobre a PEC e acredita na internacionalização dos valores de paz e direito, na institucionalização das relações interestatais e na promoção do Canadá como um dos líderes da agenda de segurança humana. Tal visão se encaixa, na visão de Pratt (1983) no paradigma A na Figura 2, o qual tem como fatores externos os principais determinantes de política externa. Dentro deste paradigma, se encontra também a visão Nacionalista Radical, a qual, segundo Pratt (1983), somente o ressurgimento de uma política nacionalista populista poderá fazer com que a política externa canadense se torne independente. A teoria Realista Internacional entende que o Canadá deve adotar medidas realistas de maximização de poder, segurança e influência para sua sobrevivência no sistema internacional. E a última escola dentro do paradigma A é a chamada escola de Dependência, a qual entende, de acordo com Pratt (1983), o poder da influência estadunidense em todas as áreas de política canadense, mas, diferentemente da escola nacionalista, não acredita que seja possível quebrar esta dependência através do nacionalismo político.

Outras quatro escolas se encaixam no paradigma B, o qual, segundo Pratt (1983), se preocupa principalmente com as influências domésticas na política externa canadense, como por exemplo, as interações entre governo e sociedade. A primeira delas é chamada de Estadista, e a mesma se preocupa com as dinâmicas internas do processo da tomada de

decisão, principalmente explicando “as políticas como produto de barganha e discussão intragovernamental” (PRATT, 1983, p.103). A visão da Classe Dominante/Estruturalista, para Pratt (1983), entende que as políticas estatais são um reflexo dos interesses da classe dominante, proprietária do capital, e são formuladas para a manutenção da mesma. Ainda segundo o autor, tal perspectiva é tida como estruturalista, uma vez que a estrutura é a principal razão pela qual os Estados buscam manter a classe dominante capitalista no poder (PRATT, 1983).

Segundo Pratt (1983), a escola Pluralista, por outro lado, entende o Estado como uma pluralidade de interesses e forças, e a política externa como a extensa interação entre os grupos de interesse e as forças governamentais. Já a última escola citada pelo autor, a chamada de Classe Dominante/Instrumentalista, entende que a política externa canadense é, assim como na escola estrutural, formulada pela classe dominante, proprietária do capital. Porém, para tal escola, a razão para a qual a política externa é ditada pela classe dominante é social, ou seja, a classe dominante utiliza-se de meios sociais e institucionais para ter seus interesses defendidos no meio internacional.

Desta forma, é possível observar que a análise teórica de política externa pode ser realizada a partir de diferentes níveis, atores e conjunturas. Enquanto teorias gerais de Relações Internacionais, as diferentes correntes – Realismo, Liberalismo e Construtivismo – buscam entender a tomada de decisão dos Estados como forma de compreender os acontecimentos passados e até mesmo fazer prognósticos comportamentais futuros no sistema internacional. A corrente do Realismo busca fazer isto levando sempre em consideração a busca por poder e segurança dos Estados, e entendendo os mesmos a partir de seu interesse nacional. A corrente Liberal, no entanto, já não entende os Estados como uma bola de bilhar, concisa e homogênea – mas sim, como a junção de diversos fatores domésticos e externos que os influenciam e os tornam mais propícios a cooperar, principalmente através de instituições multilaterais. Diferentemente das duas correntes, as premissas do Construtivismo analisam as relações entre os países não mais a partir dos Estados, mas sim dos indivíduos que os compõem – desta forma, a teoria busca relacionar o papel das ideias, ideologias, elites e conjunturas para explicar a tomada de decisão dos atores.

A partir de teorias das relações internacionais, diversas escolas se formaram no Canadá a fim de analisar o papel do país no mundo – de acordo com Pratt (1983) são as escolas de maior influência na literatura: a Liberal Internacionalista, a Nacionalista Radical, a Realista Internacional, a de Dependência, Estadista, a de Classe Dominante/Estruturalista, a Pluralista e a de Classe Dominante/Instrumentalista. Dentre as escolas, há um grande debate

entre as que veem o Canadá a partir da teoria de Potência Média, ou seja, um país de média potência no sistema internacional, capaz de influenciar os países menores, ser influenciado por países de potência maior, mas manter sua política externa independente, e as escolas que observam o Canadá como potência pequena no sistema, altamente dependente política e economicamente dos Estados Unidos. O próximo capítulo apresentará então, o importante debate entre as duas visões de política externa canadense,

### 3 O CANADÁ COMO POTÊNCIA MÉDIA OU POTÊNCIA PEQUENA

A fim de possuir perspectivas diversificadas na análise das relações entre Estados Unidos e Canadá, se torna necessário um entendimento e contextualização das escolas de pensamento de Política Externa Canadense. Levando em consideração o tópico de análise, o volume de estudos acadêmicos realizados até então e sua relevância no estudo de PEC, o presente capítulo apresenta duas visões de projeção canadense no sistema internacional: o Canadá como Potência Média e o Canadá como Potência Pequena.

#### 3.1 O Canadá como Potência Média

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a análise de política externa canadense tem sido dominado por uma perspectiva liberal-internacionalista, a qual classifica o Canadá como uma potência média dentro do Sistema Internacional e cujo principal foco é a busca por “associações multilaterais harmoniosas e valores internacionais compartilhados” (KIRTON, 2015).

A fim de analisar as diferentes definições dadas ao conceito de “potência média” ao longo dos anos, é de extrema importância o entendimento da Teoria Funcionalista nas Relações Internacionais de David Mitrany. Segundo Adam Chapnick (2000), em 1942, o diplomata canadense Hume Wrong introduziu o princípio funcionalista na política externa do Canadá baseado na perspectiva estrutural de governança mundial. De acordo com Maria do Céu Pinto (2007), a Teoria Funcionalista pressupõe que o aumento da interdependência entre os Estados leva os mesmos a cooperar em áreas cujos os problemas são semelhantes entre eles. É importante citar que, na visão funcionalista, a governança mundial é possível através da cooperação internacional em áreas técnicas, e que se iniciam com as chamadas *low politics*.

Inspirado em tais ideais funcionalistas, ao fim da Segunda Guerra Mundial, Wrong propôs um “princípio funcionalista” como base de divisão da estrutura do Sistema (que na época era dividido entre grandes e pequenas potências). O Princípio Funcional, de acordo com Chapnick (2000, p.189, tradução nossa) estipula que

[...] o envolvimento individual de uma pequena potência no sistema internacional deve ser baseado a partir de certas condições: a relevância dos interesses do Estado, a contribuição direta do Estado na situação em questão e a capacidade participativa do Estado.

Ou seja, na visão de Wrong, as chamadas pequenas potências que satisfizessem tais condições deveriam possuir papel de destaque dentre as demais potências de sua categoria. Segundo Chapnick (2000), a ideia de Wrong era justamente elevar o status relativo de algumas nações menores, baseando-se em suas capacidades em determinado momento da história.

Tal “Princípio Funcional” ajudou a elevar o status canadense na comunidade internacional ao final da Segunda Guerra Mundial, o que significou que, mesmo que o país não fosse considerado uma grande potência, o mesmo era tido como uma importante voz no âmbito das relações internacionais.

Porém, com o fim da guerra e as mudanças que ocorreram com a criação das Organizações Internacionais, ter uma importante voz (ou um status elevado) não mais era suficiente para a garantia da posição canadense entre os líderes mundiais – principalmente nas Nações Unidas. A mudança para um sistema no qual as grandes potências eram representadas pelo Conselho de Segurança da ONU, mas as demais (pequenas e médias potências) não eram diferenciadas dentro da Assembleia Geral, acabou por relativamente diminuir o status canadense. Por esta razão, o Ministro da Defesa canadense, Brooke Claxton, propôs uma extensão do Princípio Funcional, alegando que a representatividade das nações deveria ser medida em “termos de função” (CLAXTON, 1944 apud CHAPNICK, 2000, p. 190, tradução nossa).

Segundo Chapnick (2000) Claxton procurava promover a relevância do status de potência média no sistema internacional, tornando-o permanente. Na sua visão, as grandes potências possuíam um status formal que passaria a ser reconhecido no âmbito nas Nações Unidas. Tal status formal era baseado na ideia de que o status das grandes potências da época – como França, Inglaterra ou União Soviética – dificilmente mudaria, devido ao seu nível de influência na esfera internacional. O ministro pretendia estabelecer o mesmo raciocínio para o Canadá e outros países que em muito contribuíram no esforço de guerra: atribuí-los o status formal de potências médias. Tal denominação – diferentemente do Princípio Funcional idealizado por Wrong – não mais seria temporária, e sim um reconhecimento permanente das pequenas potências que contribuíram na guerra (CHAPNICK, 2000)

Apesar de ter sido aceita por muitos acadêmicos e influências políticas, a Carta das Nações Unidas somente reconhecia dois tipos de nações: as grandes potências, as quais possuíam o direito de ter um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e as pequenas potências, que participavam da Assembleia Geral das ONU. Mesmo que o ideal das potências médias não tenha sido institucionalizado a nível internacional, o governo canadense

continuou defendendo este status, especialmente na esfera interna – promovendo nacionalismo e moldando uma identidade nacional canadense.

Tal medida de suporte ao ideal de potência média levou muitos estudiosos a buscar uma definição para o termo. A primeira tentativa, segundo Chapnick (2000), se deu em 1947 por Glazebrook, e postulava que “potências médias foram aquelas que se diziam ser maiores que as potências pequenas, porém não tão grandes quanto as grandes potências” (GLAZEBROOK, 1947, apud CHAPNICK, 2000, p. 193, tradução nossa). Para Chapnick (2000, p. 194, tradução nossa), tal definição não era convincente, uma vez que Glazebrook “ignorou a funcionalidade e as percepções externas de poder como fatores que influenciaram a capacidade dos Estados”.

Outra definição foi proposta por Edgar McInnis (apud CHAPNICK, 2000, p. 194 tradução nossa) o qual diferenciou potências médias de potências pequenas argumentando que “potências médias trabalham em conjunto para garantir que suas políticas externas fossem aceitas internacionalmente, enquanto pequenas potências tendem a não possuir capacidade de formar uma política externa distinta”. Ou seja, para McInnis, ter uma política externa definida independentemente era uma qualidade de potências médias, e as diferenciavam de potências pequenas. Para Chapnick (2000, p. 194, tradução nossa) “potências médias devem ser demonstravelmente e objetivamente diferenciáveis das grandes e pequenas potências”, o que significa que possuir uma política externa distinta ou não, tal como McInnis acredita, não é suficiente para fazer a distinção entre grandes, médias e pequenas potências, uma vez que todas as nações são influenciadas por outras nações e por sua capacidade de contribuição em determinados instantes.

Em 1980, uma importante descrição de potência média foi formulada por Bernard Wood – para ele, haviam cinco descrições para potências médias: líderes regionais, líderes funcionais, estabilizadores de conflitos, *status seekers* e potências morais multilaterais (CHAPNICK, 2000).

Em 1989, Robert Cox adicionou quatro características às potências médias descritas por Wood: possuir “uma habilidade de se manter fora de grandes conflitos, um grau de autonomia das grandes potências em relação às demais, dedicação à manutenção da estabilidade internacional e um comprometimento de mudar o mundo gradualmente” (CHAPNICK, 2000, p. 196, tradução nossa). Cox acrescentou ainda que “possuir capacidades (militar e econômica) de potência média é uma condição necessária à habilidade de desempenhar o papel de potência média, porém não é um prognóstico adequado de sua disposição em atuar como tal” (COX, 1989, apud GECELOVSKY, 2005, p. 78, tradução

nossa). Ou seja, para Cox, potências médias seriam reconhecidas não somente por suas capacidades de desempenhar o papel de potências médias, mas também por suas ações no sistema internacional que refletissem tais capacidades.

Em 1998, Danis Stairs esclareceu o conceito de Potência Média com a perspectiva de que os mesmos possuem papéis que podem ser exercidos por diversos tipos de países diferentes, e que a principal diferença entre potências médias e grandes e pequenas potências é que “potências médias não podem fazer algumas coisas que as grandes potências podem, mas, ao mesmo tempo podem fazer tudo o que pequenas potências fazem” (CHAPCNICK, 2000, p.202). O autor refere-se, principalmente, ao poder de deliberação sobre assuntos internacionais dado aos países no Conselho de Segurança da ONU e também à promoção da paz através de missões realizadas por potências médias e pequenas da Assembleia Geral. Esta definição, de acordo com Chapnick (2000), exclui o Canadá do status de potência média, uma vez que a política externa exercida pelo Canadá também pode ser realizada por outras potências pequenas. O autor então volta para a primeira noção de Potência Média, afirmando que a melhor descrição para o Estado Canadense seria “uma potência funcional temporária”, uma vez que o país tem a capacidade de exercer específicas funções em determinadas situações (CHAPNICK, 2000).

Tal perspectiva orientou a Política Externa Canadense durante os anos de 1990, através da noção de “diplomacia de nicho”. Andrew Cooper (1995, p.3, tradução nossa) explica que a política de diplomacia de nicho “foca na habilidade de países individuais, assim como espécies biológicas ou firmas, de identificar e preencher espaços de nichos, selecionando-os de forma politicamente engenhosa e através da execução de políticas”. Segundo Howard e Neufeldt (2000), a diplomacia de nicho reduzia o escopo e atividades das agências encarregadas de assuntos internacionais, como o Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (DFAIT, sigla em inglês) e a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA, sigla em inglês), a fim de focar os esforços canadenses em nichos limitados, os quais poderiam dar mais retorno ao país.

Dada essa posição, o Ministro das Relações Exteriores do Canadá em 1999, Lloyd Axworthy, promoveu a agenda de segurança humana – um dos mais importantes nichos de política externa canadense - que incorporava o princípio funcional e o conceito de potência média. A agenda de segurança humana foi definida por Axworthy, em 1999, como sendo

um esforço para construir uma sociedade global na qual a segurança das pessoas é uma prioridade internacional e uma força motivadora para a ação internacional; onde os padrões humanitários internacionais e o estado de direito são avançados e entrelaçados e uma teia coerente que protege o indivíduo; onde aqueles que violam

esses padrões são totalmente responsabilizados e onde nossas instituições globais, regionais e bilaterais são projetadas e equipadas para melhorar e fazer cumprir esses padrões (AXWORTHY, 1999, apud CHAPNICK, 2000, tradução nossa).

Como é possível observar, Axworthy inicia uma política de criação de normas, através da qual o Canadá “promove, legitima e difunde normas internacionais que refletem os valores canadenses” (HOWARD; NEUFELDT, 2000, p.12, tradução nossa).

Para Chapnick (2000), o objetivo principal da política de segurança humana de Axworthy era fazer a voz canadense ser ouvida acima de outras na comunidade internacional, como forma de tentar elevar sua posição no futuro. Assim, caso, um dia, a segurança humana seja considerada mais do que um nicho, ser o líder desta agenda significaria não mais ser uma "potência funcional temporária", mas uma potência média, com capacidade de influenciar potências menores. Desta forma, segundo Chapnick (2000), é possível pensar no interesse da promoção da agenda de segurança humana como uma forma de aumentar o status canadense na comunidade internacional, e, por consequência, torná-lo uma verdadeira potência média do sistema.

### **3.2 O Canadá como Potência Pequena**

Para outros estudiosos da Política Externa Canadense, como Mark Neufeld e Nicole Wegner, a classificação do Canadá como potência média do sistema não passa de um ideal, que não se aplica a realidade do país. Segundo Kirton (2015, p.1, tradução nossa) esta visão é “desafiada por uma perspectiva de dependência periférica, que retrata um Canadá pequeno, fortemente restrito doméstica e internacionalmente pelo poder dominante estadunidense”.

Tal perspectiva de dependência periférica nasceu a partir dos estudos latino-americanos de dependência nos anos de 1960 e 1970. Partindo de uma análise mais econômica das relações interestatais, as teorias de dependência são formuladas a partir da noção de que

A dependência clássica é a estrutura condicionadora associada à incorporação de economias funcionalmente incompletas no circuito internacional de acumulação de capital. Embora as formas de dependência variem histórica e funcionalmente em termos da evolução da divisão do trabalho no sistema mundial, a teoria da dependência enfoca as consequências de uma divisão geográfica do trabalho, que relaciona os países periféricos e os países centrais, de acordo com Cardoso (1973, p. 163 apud HAMMER; GARTRELL, 1986, p. 201, tradução nossa).

Para autores da escola da Dependência, como Hammer e Gartrell (1986), apesar de não ser considerado um país periférico do sistema, o Canadá apresenta em sua economia uma

profunda inserção de investimentos diretos estadunidenses, fazendo com que a mesma seja altamente dependente dos Estados Unidos. Segundo os autores, as Empresas Multinacionais (que representam o investimento direto estrangeiro) são um exemplo de divisão internacional do trabalho, uma vez que o poder decisório e financeiro, a pesquisa e o desenvolvimento estão centralizadas nas matrizes da empresa (normalmente localizadas no seu país de origem) e suas subsidiárias no país anfitrião acabam por depender funcionalmente da matriz, não desenvolvendo o ciclo de produção completo de uma empresa (HAMMER; GARTRELL, 1986).

Desta forma segundo Hammer e Gartrell (1986), o país anfitrião acaba por desenvolver uma relação de dependência do país de origem das EMN (empresas multinacionais), uma vez que a expansão e desenvolvimento de sua economia estarão “condicionados aos interesses do investidor externo” (HAMMER; GARTRELL, 1986, p. 202, tradução nossa). Para os autores, tal dependência não ocorre apenas na relação centro-periferia ou semi-periferia – ela pode ocorrer similarmente na relação entre países centrais, denominando-as de “dependências maduras”.

Tal perspectiva entende que existem diferenças entre os processos de dependência de países periféricos e países centrais (ou dependentes maduros). Segundo Hammer e Gartrell (1986):

1. A economia de um país maduro dependente está funcionalmente completa quando há uma aliança com o investidor externo, e tal investimento é opcional, não necessário.
2. A dependência madura advém da entrada de empresas multinacionais dentro de uma economia que possuiria capacidade de se auto-sustentar. Logo, a dependência madura é considerada mais uma alternativa do desenvolvimento do que uma fase avançada do desenvolvimento dependente.
3. A dependência madura” não exige exclusão econômica das massas” (HAMMER; GARTRELL, 1986, p. 205, tradução nossa) ou resulta em repressão política.

Ou seja, a dependência madura “é a condição que causa países centrais ricos e industrializados a apresentar relativo subdesenvolvimento em comparação a outros países centrais” (HAMMER; GARTRELL, 1986, p. 205, tradução nossa). E o Canadá, de acordo com tal perspectiva, se encaixa no modelo de dependência madura, uma vez que grande parte do investimento direto externo no país advém de empresas multinacionais estadunidenses.

Hammer e Gartrell (1986) analisam o crescimento do investimento direto externo estadunidense desde a formação do Estado canadense até o final dos anos 1970. De acordo com os autores, até o final da Segunda Guerra Mundial, tanto os Estados Unidos quanto o Reino Unido eram grandes investidores na economia canadense - tal investimento vinha, em grande parte, em forma de investimento em carteira, fazendo com que o país se desenvolvesse econômica e industrialmente, limitando, porém, o controle externo sobre as empresas em território canadense. Segundo Hammer e Gartrell (1986, p.205), o investimento em carteira no período de 1930 -1946 (estadunidense e britânico) representava o dobro do investimento direto estadunidense.<sup>2</sup>

**Tabela 1 - Contribuições Estadunidenses e Britânicas no Total de Investimentos Externos à Longo- Prazo no Canadá entre 1926-1978 (em milhões de CAD\$ e porcentagem)**

Período	Ano	Total do investimento externo à longo prazo (1)	Total Investimento à longo prazo do Reino Unido (2)	% (2) em relação ao (1)	Investimento em carteira do Reino Unido em % ao (1)	Investimento direto do Reino Unido em % ao (1)	Total Investimento à longo prazo dos EUA (3)	% (3) em relação ao (1)	Investimento em carteira dos EUA em % ao (1)	Investimento direto dos EUA em % ao (1)
1926-1939	1939	6,913	2,476	35.8	28.8	5.3	4,151	60.0	31.3	27.2
1939-1946	1942	7,181	1,670	23.2	17.5	4.7	5,158	71.8	36.1	33.8
1946-1952	1952	10,385	1,886	18.2	11.8	5.2	7,997	77.0	31.0	43.6
1952-1960	1960	22,214	3,359	15.1	7.3	6.9	16,718	75.3	24.8	47.5
1960-1978	1965	29,603	3,512	11.9	4.3	6.9	23,289	79.0	26.9	47.5

Fonte: Hammer e Gartrell (1986, p.206)

Como é possível observar na tabela acima após a Segunda Guerra Mundial, o investimento direto estadunidense no Canadá, que antes representava cerca de 27,2% do total, pulou para 43,6% dos investimentos externos de longo prazo (HAMMER; GARTRELL, 1986). A partir do pós-guerra, os investimentos diretos estadunidenses (que antes eram realizados de acordo com a aceleração ou desaceleração da economia canadense) passaram a fazer parte da estrutura econômica canadense – isso se deu tanto devido ao

<sup>2</sup> Para mais detalhes, ver tabela intitulada *American and British Contributions to Total Foreign Long-Term Investment in Canada: 1897-1978 (Millions of current Canadian dollars and percentages)* em Hammer e Gartrell (1986, p. 206).

enfraquecimento dos investimentos britânicos no país, quanto a ascensão hegemônica dos Estados Unidos (HAMMER; GARTRELL, 1986).

A Teoria da Dependência Madura fundamenta a existência de uma dependência econômica canadense para com o seu vizinho, e serve como alicerce para a formulação do pensamento do Canadá como potência pequena – tal como a Teoria da Classe Dominante, que sugere que as decisões políticas de um país são tomadas pela classe dominante do mesmo, a proprietária do capital.

Apesar de entender o meio doméstico como grande influenciador da política externa do país, a Teoria da Classe Dominante também entende o Canadá como uma potência pequena no Sistema Internacional, e altamente dependente dos Estados Unidos.

A Teoria da Classe Dominante, como citado no capítulo anterior, propõe, segundo Pratt (1983, p.104), que “os donos do capital em qualquer país capitalista representam a classe dominante, e que as políticas de Estado refletem e perpetuam essa dominância”. Ou seja, para eles, as decisões estatais seguem a lógica de manutenção da estabilidade, da unidade e da garantia da reprodução dos modos capitalistas de produção.

Para a ala estruturalista da teoria, a estrutura capitalista do sistema internacional torna-se uma das razões pela qual o Estado autônomo busca a manutenção de suas políticas favorecedoras da classe dominante. Além disso, a ideologia se torna um importante componente da teoria, pois uma vez que os ideais de capitalismo e democracia estiverem plenamente incrustados na população, a legitimação de uma pequena classe capitalista dominante facilita o processo de tomada de decisão (PRATT, 1983)

Para a ala instrumentalista, segundo Pratt (1983) o fator determinante da Política Externa Canadense é social, ou seja, para eles, os grandes proprietários e o setor corporativo formam uma parte da classe dominante, que absorveu a burocracia estatal e utiliza-se da mesma, de sua riqueza e poder para influenciar a formação de políticas que a favorecem.

A Teoria da Classe Dominante, portanto, entende a classe dominante canadense como representantes e defensores dos interesses capitalistas estadunidenses. Mark Neufeld (1999), em seu trabalho intitulado “*Democratization in/of Canadian Foreign Policy: Critical Reflections*” utiliza-se da ideia de hegemonia gramsciana para explicar os motivos pelos quais as classes dominantes canadenses acabariam por defender valores e interesses estadunidenses tanto em âmbito doméstico como internacional.

Segundo Neufeld (1999), a própria ideia de Potência Média criada no pós-guerra serviu para implementar a hegemonia estadunidense dentro e fora do Canadá. Através de seu “papel de facilitador e estabilizador no nível internacional, o Estado Canadense ajudou a criar

e condicionar um crescimento econômico estável” (NEUFELD, 1999, p. 100, tradução nossa) que era altamente interligado com os valores de liberalismo econômico estadunidense. Dentro do país, a criação da imagem de um Canadá forte e de importância internacional foi crucial para o apoio popular no envolvimento do país em assuntos externos. Para Neufeld (1999, p.102, tradução nossa) “em suma, em sua formulação original, o ideal regulador de ‘potência média’, assim como a ordem global à qual serviu, foi definido a partir de interesses da classe dominante e em sintonia com uma ordem global hegemônica”.

Por fim, é importante destacar que cada teoria de política externa entende as relações com os Estados Unidos de uma forma diferente – para a teoria do Canadá como Potência Média, a relação com os Estados Unidos se dá de forma independente, com o Estado canadense representando os interesses e valores de seu país. Diferentemente, para as teorias que observam o Canadá como Potência Pequena, a política externa canadense não é independente dos interesses e ações estadunidenses: muito pelo contrário, ela é altamente dependente e estruturada de acordo com as demandas e influências do país vizinho.

No próximo capítulo, uma breve análise das relações Canadá-Estados Unidos será apresentada, para que seja possível, assim, examinar a influência estadunidense na política externa canadense.

## 4 A RELAÇÃO CANADÁ-ESTADOS UNIDOS

Conforme demonstrado no capítulo anterior, as ações dos Estados Unidos da América podem influenciar em muito na Política Externa Canadense – seja por sua presença hegemônica, como analisariam as perspectivas de classe dominante, ou por seu papel de grande potência, como analisariam as perspectivas liberais-internacionalistas.

Baseado no livro “*So Near Yet So Far: The public and hidden worlds of Canada-US Relations*”, de Geoffrey Hale, o presente capítulo busca delinear brevemente as principais áreas de relação entre as duas nações, para que desta forma seja possível analisar o nível de influência dos Estados Unidos na Política Externa Canadense.

### 4.1 Canadá e os Estados Unidos

Desde o colapso do Muro de Berlim e o início da Era Pós-Guerra Fria, a política externa estadunidense para com o Canadá nem sempre se manteve constante, e vice-versa. Isto se deu pois “apesar de um compromisso geral com os princípios do internacionalismo liberal, as abordagens governamentais dos Estados Unidos e do Canadá no âmbito das relações internacionais refletem suas grandes diferenças e [...] status no sistema internacional” (HALE, 2012, p.27, tradução nossa). No geral,

As relações entre os Estados Unidos e o Canadá, embora geralmente cordiais, passaram por diversas mudanças gerais nas últimas três décadas. Os anos 80 e início dos anos 90 foram marcados por uma parceria cada vez mais estreita, cujos marcos incluíram os “Shamrock Summits” da década de 1980 (nomeado pela descendência irlandesa dos líderes dos dois países, Brian Mulroney e Ronald Reagan), o Acordo de Livre Comércio EUA-Canadá em 1989 e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte de 1994. Para muitos canadenses, no entanto, Ottawa parecia, às vezes, estar um pouco perto demais de Washington, DC, com o Canadá voluntariamente se colocando em um papel secundário (EK; FERGUSSON, 2014, p.74, tradução nossa).

Esta percepção do Canadá desempenhando um papel secundário em relação aos EUA é corroborada pela ideia de que a política externa dos Estados Unidos - como uma liderança política e militar mundial – possui prioridades que envolvem a gestão de alianças globais e regionais e a promoção de democracias estáveis, o que pode significar, de acordo com Hale (2012, p.27, tradução nossa), que “relações bilaterais com o Canadá são secundárias, ou até mesmo periféricas para as políticas externa e de segurança estadunidenses”. O autor, em sua obra intitulada “*So Near Yet So Far: The public and hidden worlds of Canada-US Relations*” também destaca os estudos acadêmicos que reforçam tal ideia. De acordo com Hale (2012) as

pesquisas apontam que o número total de referências ao Canadá em políticas estadunidenses é mínimo, e normalmente relacionado às questões de segurança, economia e meio ambiente. E apesar do Canadá não se encontrar na lista de prioridades estadunidenses tratando-se de política externa, o país mantém os Estados Unidos no topo da sua.

A fim de entender tal relação bilateral é necessário partir do pressuposto de que a mesma é altamente assimétrica. Segundo Hale (2012), as assimetrias entre os dois países podem ser observadas quando analisados os seus respectivos poderes no sistema internacional, suas capacidades defensivas, e seus níveis de importância e atenção dados por outros países para com eles. É importante destacar que, tratando-se dos Estados Unidos, a maioria das relações pode ser classificada como assimétrica - para o Canadá, porém, tal assimetria é fator chave para o estudo não somente das relações Canadá-EUA, mas para o estudo das próprias políticas canadenses.

Melhor aprofundado ao longo do capítulo, a assimetria econômica é primordial para o entendimento das relações Canadá-EUA. A interdependência econômica e política entre os países da América do Norte é uma realidade que tende a afetar mais substancialmente o Canadá e o México – isto porque ambos países dependem muito mais das relações comerciais com os Estados Unidos do que o mesmo depende deles (HALE, 2012). Para o autor, tal assimetria e forte interdependência têm sido reforçadas de quatro formas: primeiramente pela grande abertura dos mercados os anos 80; a forte vulnerabilidade advinda da interdependência – principalmente através de “ameaças” econômicas; as diferenças estruturais entre os sistemas federativos dos Estados Unidos e do México, em comparação com o sistema mais descentralizado do Canadá; e, por fim, as assimetrias do próprio processo político doméstico entre os países.

Com a abertura do mercado canadense para o livre comércio e a reestruturação das indústrias para acomodar as demandas e especificidades de um mercado continental, o Canadá passou a sofrer com “decisões políticas e econômicas estadunidenses, expondo a vulnerabilidade de suas fronteiras e, de sua economia” (HALE, 2012, p.10). Tal vulnerabilidade advém também das imensas redes econômicas, sociais e culturais que se formam entre agentes não estatais estadunidenses e canadenses, e que acabam fazendo com que a cooperação intergovernamental seja uma “mais uma necessidade estrutural do que escolha consciente” (DORAN, 1984 apud HALE, 2012, p.7, tradução nossa), uma vez que os governos acabam por gerenciar e facilitar o relacionamento entre as redes.

Hale (2012) afirma que a existência de diversas redes não ligadas diretamente à máquina estatal acaba por descentralizar as tomadas de decisão. Ou seja, muitas vezes, os

interesses das classes dominantes (seja através de instituições, empresas privadas, etc.) são favorecidos na criação ou manutenção de políticas entre os dois países.

Tal descentralização também tem como fator as diferenças entre os sistemas políticos dos dois países. Nos Estados Unidos, o caráter descentralizado do Congresso e os embates entre o mesmo e o Executivo em assuntos de política norte-americana acabam por fazer com que os governos canadenses que procuram políticas favoráveis precisem negociar não com um, mas com dois governos estadunidenses: a administração atual e o congresso (HALE, 2012). Por outro lado, por delegar aos governos provinciais grande parte do poder político, regulatório e orçamentário do país, o governo canadense acaba por ter, muitas vezes, suas políticas voltadas aos Estados Unidos constringidas pela necessidade de cooperação provincial.

Desta forma, é possível concluir que, além dos obstáculos provenientes do sistema político canadense, a formação de políticas ligadas aos Estados Unidos depende também do engajamento dos atores políticos domésticos estadunidenses. Desta forma, entender as políticas estadunidenses para com o Canadá se torna um dos pontos chave no estudo da relação dos dois países.

#### **4.2. Políticas dos Estados Unidos para com o Canadá**

Em 1984, Edelgard E. Mahant e Graeme S. Mount sugerem, em seu livro intitulado “*An Introduction to Canadian-American Relations*” que as políticas estadunidenses para com o Canadá podem ser analisadas dentro de cinco categorias (que podem, em diversas vezes, se sobrepor): “excepcionalismo”; “isencionalismo”; relação de aliança; afirmação unilateral e deliberada do poder Estadunidense e, por fim, efeitos inadvertidos do processo político doméstico. (MAHANT; MOUNT, 1984)

A primeira categoria analisada por Hales (2012) sugere que os Estados Unidos possuem políticas distintas quando se trata de seu vizinho do norte, podendo se referir ao Canadá como um importante aliado ou como um país com capacidade de contribuir e representar os interesses estadunidenses no sistema internacional. Para Hale (2012, p.14, tradução nossa),

A ideia de excepcionalismo é, às vezes, descrita como ‘a relação especial’ – uma frase também usada para descrever a busca periódica por parcerias militares e políticas como um elemento principal das políticas externas Canadense e Britânica desde a Segunda Guerra Mundial.

Desta forma, é possível entender que, por esta categoria política, os Estados Unidos entendem o Canadá como um poderoso aliado, merecedor de uma política externa distinta e de participar da mesa dos países poderosos. Exemplos da aplicação desta política, segundo Hale (2012), podem ser observados na criação do NORAD (*North American Aerospace Defence Agreement*), o Acordo de Partilha de Defesa e Produção (*Defense and Production Sharing Agreement*), de 1958, que “formalizava a integração das indústrias de defesa dos dois países” (HALE, 2012, p.14, tradução nossa), além da inclusão do Canadá no antigo G7, como forma de balancear os interesses norte-americanos com os europeus nos anos 1970, e mais recentemente o Acordo de Fronteira Inteligente (*Smart Border Accord*), que formalizou a extensão da cooperação entre os dois países na questão de segurança fronteiriça após os Atentados de 11 de Setembro.

A segunda categoria, chamada isencionalismo, ou *exemptionalism*, tem suas raízes na interdependência econômica dos dois países. Segundo Mahant e Mount (1984), o isencionalismo advém de políticas que isentam os países de determinadas medidas de política externa, como controle de investimento externo ou maior facilidade de cruzar a fronteira, por exemplo. Tais políticas têm suas raízes na interdependência devido, justamente, à forte dependência de diversas firmas canadenses com o capital e gestão estadunidense e a necessidade de um fluxo de pessoas e alívios burocráticos para seu funcionamento.

A terceira categoria, chamada de política para aliados, é, a princípio, a categoria a qual os Estados Unidos buscam enquadrar todos os seus aliados, através da criação de redes de coordenação e arranjos políticos-administrativos entre o país e as demais nações (HALE, 2012). Tal categoria política, portanto, utiliza-se principalmente de agências e organizações para promover e projetar os interesses estadunidenses em outro país ou em um grupo de países. Hale (2012) exemplifica o uso de tal categoria quando o NAFTA (*North American Free Trade Agreement*) é utilizado como “veículo” para avançar a agenda comercial estadunidense nas negociações do GATT/WTO.

A quarta categoria, apresentada como “afirmação unilateral e deliberada” dos Estados Unidos, entende o Canadá como uma potência pequena, e, por conseguinte, dependente das políticas estadunidenses. Tal política,

envolve esforços em projetar o poder estadunidense através da aplicação das leis dos Estados Unidos extraterritorialmente, ou o uso sistemático de pressões regulatórias ou litígios privados a fim de assegurar concessões políticas e econômicas em disputas bilaterais (HALE, 2012, p. 16, tradução nossa).

Desta forma, é possível observar algumas políticas estadunidenses que acabaram, de alguma forma, tornando-se válidas também no território canadense. Um exemplo claro se deu

na disputa conhecida como “*Canada- United States Softwood Lumber dispute*”, ou disputa por madeira macia, iniciada ainda no final dos anos 1980. Tal disputa ocorreu devido a existência de subsídios provinciais sob a produção de madeira macia na província de British Columbia, no Canadá. Parte da produção era direcionada à exportação para os Estados Unidos, que passou a aplicar tarifas chamadas “*countervailing duty tariff*”, ou tarifas de importação subsidiada – o que levou a um aumento do preço das madeiras macias e um grande rombo na indústria de madeira canadense. Ao longo de décadas, a madeira macia canadense sofreu diversos aumentos tarifários nos Estados Unidos, até que se chegou a um acordo em 2006, no qual o Canadá acabou por taxar a madeira exportada para os Estados Unidos, assim como manter uma política de preços para tal segmento (CORNELIS VAN KOOTEN; 2002).

Através deste exemplo, é possível observar o uso de uma política unilateral – no caso, econômica – por parte dos Estados Unidos, e também como as pressões políticas e econômicas acabaram por modificar políticas domésticas canadenses.

Por fim, a última categoria política se caracteriza por políticas que “esquecem ou ignoram o Canadá, a menos/até que adaptações técnicas possam ser feitas na legislação dos EUA para acomodar os interesses, circunstâncias ou direitos soberanos canadenses” (HALE, 2012, p. 17, tradução nossa). Segundo o autor, tal categoria pode ser observada através do trabalho diplomático entre os países, principalmente os diplomatas canadenses nos Estados Unidos. Tais diplomatas propõem medidas legais e regulatórias que buscam preservar/proteger o Estado canadense de decisões estadunidenses que poderiam vir a ser prejudiciais a sociedade e interesses do Canadá (HALE, 2012). Assim como mencionado anteriormente, tal política bilateral ocorre em diversos níveis de cooperação, com múltiplos atores e seus respectivos interesses, e acaba por ser definida por determinados líderes influentes e classes dominantes nos respectivos países.

Desta forma, é possível observar que não há apenas uma política externa estadunidense direcionada ao Canadá. O país pode ser tratado como poderoso aliado dos Estados Unidos, como no caso da política do excepcionalismo; como um país que recebe políticas diferenciadas devido às profundas relações econômicas, na política do isencionalismo; como um país aliado, assim como qualquer outro, na chamada política para aliados; como um país dependente dos EUA, como no caso da política unilateral e deliberada e também como um país deixado de lado enquanto mudanças domésticas a seu favor não ocorrem. A existência de diversas políticas externas estadunidenses para com o Canadá pode

exemplificar a relação assimétrica entre os países, a qual será melhor observada ao longo do capítulo através da análise de três dimensões: a política, a econômica e a de segurança.

### 4.3 Dimensão Política

Desde a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos representam um papel de liderança no mundo, e desde então as políticas canadenses buscam maneiras de “cultivar, acomodar ou desafiar as políticas estadunidenses em nome dos interesses nacionais e valores canadenses” (HALE, 2012, p.25, tradução nossa). Porém, por mais que os valores e interesses canadenses sejam contrários à determinada política estadunidense, desafiar os Estados Unidos em qualquer instância é um jogo muito perigoso, pois, assim como afirma Burges (2006, p.100), os “Estados Unidos são centrais para os interesses econômicos e de segurança do Canadá”.

Por esta razão, agentes políticos canadenses buscam sempre estar a par das prioridades e decisões das políticas estadunidenses, para que assim possam se aproximar ou se afastar de seu vizinho em determinadas dimensões políticas. Hale (2012) afirma que há tentativas de distanciamento de políticos e governos canadenses de posições políticas estadunidenses, a fim de apresentar para o mundo uma política externa canadense independente. Porém,

A capacidade do Canadá de buscar uma política externa independente – e a quantidade de significados deste conceito – em muito depende se os interesses nacionais duradouros canadenses necessitarão de um compromisso cuidadoso e criativo dos Estados Unidos e seus objetivos políticos e interesses, da busca em balancear o poder estadunidense e sua influência, ou a combinação de ambos (HALE, 2012, p.28, tradução nossa).

Ou seja, para buscar uma política externa independente, o Canadá necessitaria ou do apoio dos Estados Unidos ou de um afastamento do mesmo. Porém, a busca por balancear o poder estadunidense se torna complicada por quatro razões elencadas por Hale (2012). Primeiramente, os governos canadenses têm como prioridade a manutenção e estreitamento das relações econômicas bilaterais com os Estados Unidos (demonstradas ao longo do capítulo). Portanto, quaisquer sinais de que há, no âmbito político, sentimentos de indiferença ou até mesmo hostilidade advindos do Canadá, podem fazer com que a cooperação econômica sofra fortes embates. Em segundo lugar, os países compartilham de uma fronteira de quase 9000 km (KITCHEN, 2004, p.694), e conseqüentemente, a administração da segurança desta fronteira é altamente entrelaçada entre as duas nações, fazendo com que qualquer afastamento seja prejudicial não somente para o fluxo de pessoas, mas para o fluxo de mercadorias. Em

terceiro lugar, seria preciso levar em consideração a opinião pública canadense, principalmente tratando-se de questões de segurança. E por último, para balancear o poder estadunidense, seria necessário levar em consideração também até que ponto as políticas externa e de segurança influenciariam as ações políticas estadunidenses em cada dimensão das relações bilaterais (HALE, 2012)

Desta forma, apesar da relação Canadá-Estados Unidos não se manter cem por cento alinhada o tempo inteiro, e ter ciclos de afastamento e aproximação, uma ruptura completa nunca ocorreu, e - por motivos elencados acima - dificilmente ocorrerá. Os períodos de afastamento e aproximação podem ser analisados, na maioria dos casos, através das políticas domésticas de cada país. Os níveis de compartilhamento de informação, de políticas ou até mesmo a perspectiva sobre outros Estados ou conflitos internacionais podem ser modificados pela aproximação ou afastamento dos países. Para o Canadá, políticas domésticas estadunidenses que acabem por fortalecer medidas unilaterais tendem a fortalecer os sentimentos “antiamericanos” existentes no âmbito doméstico canadense.

Exemplos de como mudanças domésticas de governo podem levar ao afastamento ou aproximação das relações entre os países são muitos. Em 1994, por exemplo, houve um certo afastamento por parte do Canadá com a entrada do Primeiro Ministro Liberal Jean Chrétien, que fez o seguinte pronunciamento sobre a relação bilateral Canadá-Estados Unidos: “ Nós nos gostamos. Eu só não quero que o Canadá seja percebido como sendo o 51º estado da América” (EK; FERGUSSON, 2014, p.75). Tal afastamento foi incentivado por ideais “liberais internacionalistas”, representados pelo então Ministro das Relações Exteriores do Canadá, Lloyd Axworthy. Como liberais internacionalistas, os mesmos argumentavam que o poder estadunidense deveria ser contido através das instituições internacionais e que o Canadá deveria buscar usar sua influencia internacional para promover a força destas instituições.

Porém, segundo Hale (2012), diversos críticos canadenses discutem que tal política externa é inadequada, uma vez que atrapalha as relações bilaterais entre os dois países, e acaba por mudar a perspectiva de outros países para com o Canadá. Isso se dá pois, para os críticos, outras nações observam o Canadá como o país que possui “acesso político, confiança e influência” (HALE, 2012, p.29) dos Estados Unidos.

Tal perspectiva de política externa – descrita no capítulo anterior como escola Estadista - entende que o Canadá deve defender seus interesses nacionais prioritariamente, e, portanto, deve utilizar-se da cooperação com outros países (em níveis multilaterais e bilaterais) para atingir seus objetivos.

É possível observar, segundo Hale (2012), a inexistência de homogeneidade da elite política canadense em algumas situações. Por exemplo, na ênfase canadense nas relações econômicas com os Estados Unidos a partir dos anos 1980 – com a abertura para o livre mercado e a criação do NAFTA. Em 2001, após o ataque de 11 de Setembro, os EUA demandaram um fortalecimento das fronteiras, e, visando na manutenção de seus interesses comerciais com o país (interesse nacional), o Canadá aceitou a maioria das demandas. Além disso, segundo Hale (2012), é possível observar também que as questões que surgem no âmbito bilateral entre os países tendem a ser atendidas “caso por caso”, fazendo com que a cooperação funcione através de departamentos e agências que venham a minimizar os custos de um possível afastamento entre os países.

A relação político-estratégica entre o Canadá e os Estados Unidos, além de perpassar por diversas dimensões bilaterais intergovernamentais, deve ser entendida também em um contexto multinível e internacional. Como abordado previamente no capítulo, Mahant e Mount (1984) exemplificam 5 categorias de política externa estadunidense para com o Canadá, e, se tratando de políticas de segurança no âmbito internacional, normalmente a estratégia de política externa mais adotada é a de “Política para aliados”. Segundo Hale (2012), tal política, similarmente adotada para outros países aliados, “é consistente em pressionar os países para que dividam a alta carga de segurança coletiva” (HALE, 2012, p.34, tradução nossa) mesmo reconhecendo que, para poder fazer isso, tais necessidades deveriam ser reconhecidas e aceitas no âmbito doméstico canadense.

A pressão pela implementação de tal política externa por parte dos Estados Unidos pode ser observada nas disputas sobre gastos em defesa, principalmente no contexto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Em períodos de tensão internacional, tais disputas acabaram por se tornar cada vez mais comuns, principalmente quando as demandas para gastos em defesa coletiva eram maiores do que o potencial de contribuição dos participantes. (HALE, 2012). Mesmo assim, o Canadá foi participante ativo de inúmeras operações militares durante a Guerra Fria no período Pós-Guerra Fria.

Para Keating e Murray (apud HOLLAND, 2014, p.242, tradução nossa),

O final da Guerra Fria em 1991 marcou uma transição no uso das forças armadas canadenses [que] por mais de duas décadas [...] têm se envolvido em contínuas operações militares multinacionais junto com os Estados Unidos.

Para os autores, dois dos motivos pelos quais o Canadá se envolveu em diversas operações militares juntamente com os Estados Unidos foram: a crença na difusão dos valores do indivíduo, da liberdade e da democracia e uma mudança política externa de

“*peacekeeping*” para “*peacebuilding*” (KEATING; MURRAY, 2014). Para Keating e Murray (2014), tal parceria viria a ser fortalecida por uma multilateralização do sistema internacional, uma vez que o poder relativo do Canadá viria a diminuir juntamente com o dos Estados Unidos, e o mesmo necessitaria manter seu aliado e proteção regional.

Como participante da OTAN e com limite de gastos em defesa (por motivo de políticas domésticas), por muitas vezes o Canadá foi criticado por representantes dos demais países, especialmente estadunidenses, após o 11 de Setembro. O caso mais marcante se deu em 2002, quando os Estados Unidos, sob o governo de George W. Bush, introduziram seu projeto de invasão ao Iraque. Na época, apesar de ter apoiado e enviado grande contingente de militares na intervenção da OTAN no Afeganistão, além de colaborar com os Estados Unidos em diversas medidas de segurança contra o terrorismo em seu território, o Canadá, sob o governo de Chrétien, se opôs a intervenção no Iraque – manifestando-se, pela primeira vez na história, contra seus dois maiores aliados, Estados Unidos e Inglaterra (VUCETIC, 2006). Donald Barry (2009, p. 235, tradução nossa) afirma que

A recusa do Primeiro Ministro Chrétien de participar na invasão do Iraque sem o apoio da ONU foi baseada em fortes dúvidas sobre a justificativa de guerra do governo Bush. [...] reforçando a decisão de Chrétien estava o forte sentimento anti-guerra entre parlamentares dos Partidos Liberal, ‘*New Democratic Party*’ e ‘*Bloc Québécois*’. [...] Pesquisas mostraram também que [...] o povo Canadense era contra a participação de uma guerra sem o apoio das Nações Unidas.

Logo após a recusa de participar da Guerra do Iraque, as relações entre Canadá e Estados Unidos sofreram leves turbulências, que foram superadas não só por inúmeras declarações públicas de apoio aos Estados Unidos e Inglaterra, mas também pelo envio de auxílio aos combatentes estadunidenses e ingleses (BARRY, 2009). Além disso, a grande participação na Guerra do Afeganistão, acabou por beneficiar as relações bilaterais entre os países depois de 2004 (HALE, 2012).

Para Hale (2012), as abordagens Canadenses em países do “terceiro mundo” refletem um padrão de troca nas relações Canadá-Estados Unidos. No governo seguinte ao de Chrétien, é possível observar semelhanças entre a lista de prioridades da Declaração de Política Externa do governo Martin em 2005 e as políticas estadunidenses de objetivos para países da América Latina e Oriente Médio (HALE, 2012). Ainda segundo Hale (2012, p. 36, tradução nossa)

O governo de Harper deu continuação a esse padrão, adotando a retórica do liberalismo internacionalista e cooperação através de instituições enquanto seguia um número de iniciativas políticas paralelas às medidas estadunidenses. Elas incluíram tomar ricos políticos domésticos para estender o papel canadense no Afeganistão em 2011, a promoção da liberalização do mercado e estabilidade econômica na América Latina, apoio ao envolvimento da OTAN na Ucrânia e

Geórgia e suporte operacional para a intervenção da OTAN na Guerra Civil da Líbia.

Desta forma, é possível observar que embora questões domésticas - como divergências em perspectivas de como a política externa canadense deveria se aplicada, ou mudanças de governo – afetem o nível de aproximação entre Canadá e Estados Unidos, existe um padrão de comportamento canadense de alinhamento com seu vizinho. Seja através da defesa e difusão dos valores e interesses estadunidenses de forma pacífica, seja utilizando ferramentas econômicas ou até mesmo através do envio de tropas, o Canadá se mantém sob a custódia dos Estados Unidos, que se utiliza da assimetria de poder política e econômico entre os países para manter os *status quo* entre eles.

#### **4.4 Dimensão da Segurança**

O padrão comportamental de alinhamento com os Estados Unidos pode ser analisado também na dimensão de segurança/defesa bilateral ou continental entre os países. A política estadunidense para com o Canadá no âmbito da defesa, segundo Hale (2012), pode ser observada a partir da prática do exepcionalismo, ou seja, entendendo o Canadá como poderoso aliado independente dos Estados Unidos.

Tal política distintiva tem raízes primordialmente geográficas: segundo Von Hlatky e Trisko (2012, p. 63, tradução nossa) “com 8, 891 quilômetros de extensão, a fronteira entre Canadá e Estados Unidos é enaltecida como a maior fronteira invicta do mundo”, sendo assim, para os EUA, o país do outro lado de sua fronteira não é apenas um vizinho, mas a maior porta de entrada territorial do mundo para seu país. Desta forma, segundo Hale (2012, p.38, tradução nossa) “manter ou expandir as capacidades de defesa do Canadá é uma contribuição direta para a defesa nacional dos Estados Unidos.”

Devido a esta imensa proximidade geográfica e relação cooperativa entre as nações, diversas instituições bilaterais e até mesmo binacionais surgiram ao longo dos anos com o objetivo de garantir a segurança regional dos países. Entre elas, o Conselho Conjunto Permanente de Defesa, criado em 1940 e composto por líderes militares, líderes políticos e representantes civis de ambos os países, com o propósito de, segundo o Governo do Canadá (2011), examinar as decisões relacionadas a defesa conjunta entre Canadá e Estados Unidos, incluindo, até mesmo, operações financeiras, logísticas e policiais. O Conselho serve até os

dias atuais como importante canal de comunicação e até mesmo como facilitador na resolução de problemas entre as nações. (GOVERNMENT OF CANADA, 2011).

Em 1958, o Conselho supervisionou também a criação de uma importante organização binacional dos países, o Comando de Defesa Aeroespacial da América do Norte (NORAD, sigla em inglês). A organização é considerada bilateral, uma vez que possui uma estrutura de comando na qual oficiais canadenses e estadunidenses dividem o comando da organização, reportando as decisões e problemas diretamente para seus respectivos líderes estatais (HALE, 2012). A organização foi criada com o objetivo de integrar as forças aeroespaciais dos países em questão, e fortificar a defesa do continente.

Segundo Jockel (apud Hale, 2012), uma das razões pela qual o NORAD sobreviveu às diversas alterações das prioridades em defesa, tanto por parte do Canadá quanto dos Estados Unidos, é o fato de que ambas as nações mantêm organizações paralelas – como o Comando Norte dos Estados Unidos e o Comando Canadense - que “permitem os governos atingir seus objetivos principais sem exigir a participação ou consentimento do outro” (HALE, 2012, p. 38). Segundo Hale (2012), desta forma, é possível observar que a criação de organizações binacionais (que enfatizam o poder conjunto das cadeias de comando) ou organizações bilaterais (que enfatizam a independência das cadeias de comando) podem refletir a conjuntura geral das relações entre os dois países.

De acordo com o autor, os comandos militares de ambos os países buscam manter forte cooperação nas operações ligadas a defesa e segurança do continente, porém mantendo suas respectivas independências. Desta forma, um dos benefícios para o Canadá com a cooperação militar com os Estados Unidos é o acesso do mesmo à indústria de defesa e empreiteiros do ramo, uma vez que orçamento de defesa canadense não teria capacidade de investir nestas indústrias de outra forma (HALE, 2012). Porém, o custo para o Canadá desta parceria na indústria bélica e na cooperação militar é alto, uma vez que, e como já visto anteriormente, problemas políticos domésticos tendem a influenciar a relação bilateral entre os países. Um exemplo disto se deu com o envolvimento canadense na construção, desenvolvimento e testes dos sistemas de mísseis estadunidenses, fortemente rejeitado pela população do Canadá. Tal cooperação gerou diversas crises diplomáticas entre os países ao longo dos anos, mas também realçou o fato de que, se não houver impedimentos concretos (como a forte opinião pública, por exemplo), o Canadá tenderá a aceitar os pedidos de cooperação militar com os Estados Unidos, principalmente se os mesmos ocorrerem por intermédios das organizações bilaterais (HALE, 2012).

Segundo Von Hlatky e Trisko (2012), a existência de comunidades ou classes dominantes ligadas aos interesses dos Estados Unidos no Canadá é vista por autores construtivistas, como Adler e Barnett, como o fator primordial para a existência da cooperação militar entre os países. Ou seja, a existência de uma comunidade dominante cujos os principais interesses estão ligados a resolução pacífica de disputas e a ausência de conflitos entre os dois países, através do uso das noções e normas de defesa e segurança estadunidenses, acaba por promover a cooperação militar entre eles. Desta forma, seria possível analisar a participação canadense e alinhamento com os EUA em questões ligadas não somente à segurança e defesa continental, mas também ligadas às crises e conflitos internacionais. Tal política de alinhamento será analisada ao longo do capítulo.

#### **4.5 Dimensão Econômica**

De acordo com David A. Baldwin, em seu trabalho intitulado “*Canadian-American Relations: Myth and Reality*” (1968), uma das palavras mais comuns para descrever a natureza das relações entre Canadá e Estados Unidos é “interdependência”. Porém, como a palavra implica a noção de dependência mútua entre as partes, Baldwin (1968) afirma que tal conceito é utilizado de forma enganosa, tratando-se da relação dos dois países em questão. Isto se dá pois, segundo o autor, “Apesar provavelmente ser verdade que se deve considerar em muito os Estados Unidos para descrever a economia ou política canadense, a política e economia estadunidense poderia ser bem explicada sem referenciar muito seu vizinho nórdico” (BALWIN, 1968, p.127, tradução nossa).

Por tratar-se de um trabalho escrito em 1968, Baldwin não pôde analisar a relação entre os dois países na era da integração econômica norte-americana, com a assinatura dos tratados de livre comércio em 1986-87. Apesar das negociações dos tratados terem aprimorado a balança econômica de ambos os países, é possível afirmar que, enquanto a presença econômica estadunidense se dá de forma central no Canadá, nas relações comerciais e políticas dos Estados Unidos, há uma relativa periferalização do Canadá – mesmo que o país seja um dos seus maiores parceiros econômicos (HALE, 2012).

De acordo com Hale (2012), tal realidade faz com que agentes econômicos e políticos canadenses busquem influenciar cada vez mais as políticas econômicas e comerciais estadunidenses para com o Canadá. Porém, nem todos possuem a mesma perspectiva sobre a importância da integração econômica dos países. Segundo o autor, três abordagens dividem a

opinião canadense sobre qual deveria ser a posição do Canadá nas relações econômicas entre o mesmo e os Estados Unidos.

A primeira abordagem, segundo Hale (2012), se dá de maneira mais estratégica e prega uma maior aproximação e integração das economias da América do Norte. De acordo com tal abordagem, a abertura de novos mercados comerciais e de investimento entre os países poderia levar ao balanceamento das relações de dependência entre o Canadá e os Estados Unidos.

A segunda abordagem é mais crítica em relação a integração econômica entre os países, uma vez que leva em consideração, assim como visto previamente no capítulo, a descentralização estrutural das relações entre Canadá e Estados Unidos.

Já a terceira e última abordagem entende que a relação econômica entre os dois países deve ser observada na dimensão setorial. Para eles, a relação estrutural entre Canadá e Estados Unidos é naturalmente complexa, e, portanto, o campo de ações dos agentes econômicos se torna limitado. Desta forma, a única estratégia prevista pela abordagem é expandir o conhecimento sobre as políticas setoriais, promovendo o engajamento de grupos de interesse nos múltiplos níveis de ação – diplomático, legislativo e executivo.

Assim como visto ao longo do capítulo, devido à descentralização das relações entre Canadá e Estados Unidos, grande parte das políticas econômicas e comerciais ocorrem de acordo com a terceira perspectiva, na qual, através de diplomatas e grupos de interesse, canadenses promovem seus interesses, formam alianças ou simplesmente tentam impedir que políticas desvantajosas a seu país venham a tomar forma nos Estados Unidos (HALE, 2012)

Devido a multilateralidade das relações econômicas entre Canadá e Estados Unidos, políticas econômicas entre os países perpassam diversos âmbitos das relações internacionais – bilateral, regional, hemisférico e global. Ainda que em cada âmbito as relações de poder dos mesmos possam ser relativizadas, as diferenças intrínsecas entre eles acabam por demonstrar sua correlação de força, tornando explícitos seus níveis de dependência econômica.

Os Estados Unidos da América representam uma das maiores forças econômicas e comerciais do mundo. De acordo com o *website* da Organização Mundial do Comércio<sup>3</sup>, o país, que em 2017 possuía um produto interno bruto de aproximadamente vinte trilhões de dólares, ocupou o primeiro lugar no *rank* de países que mais importaram bens e serviços<sup>4</sup> no ano de 2017. Em comparação, no mesmo ano, o produto interno bruto canadense foi

---

<sup>3</sup> Em <http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=E&Country=CA%2cUS>.

<sup>4</sup> Considerando-se a União Europeia como ator unitário.

aproximadamente doze vezes menor que o estadunidense (cerca de um trilhão e meio de dólares) – e sua posição nos ranks de importação e exportação mundial da OMC não o coloca entre os seis países que mais importaram ou exportaram no mundo em 2017.<sup>5</sup> Hale (2012, p.51) afirma que, por mais que o crescimento das relações comerciais dos Estados Unidos tenham passado de 24 para 28 por cento de seu produto interno bruto entre os anos de 2000 e 2010, o país tornou-se o maior devedor mundial dos últimos anos – e afirma também que tais realidades reforçam a necessidade de fortes políticas domésticas que regulem sua economia, inclusive no âmbito bilateral com o Canadá.

#### Para o Canadá

a proximidade física fez dos Estados Unidos seu mais importante mercado exportador, sua maior fonte e destinação para investimento de capital e foco central da ampliação das políticas econômicas e industriais desde a metade da década de 1980 (HALE, 2012, p.52, tradução nossa).

De acordo com Geogre Hoberg (2000), a ideia de mercado livre entre os dois países ganhou mais legitimidade no Canadá quando a Comissão Real de União Econômica e Perspectiva de Desenvolvendo do Canadá (*Macdonald Commission*) impulsionou o país a aderir ao livre mercado. Políticas eletivas e mobilização contra o Acordo de Livre Comércio entre Canadá e Estados Unidos atrasaram a votação do mesmo, que passou a ser efetivo apenas em 1989.

Cinco anos depois, em 1994, o Canadá, os Estados Unidos e o México acordaram na elaboração de uma zona de livre comércio regional, e assinaram o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio - ou NAFTA, sigla em inglês (HOBERG, 2000).

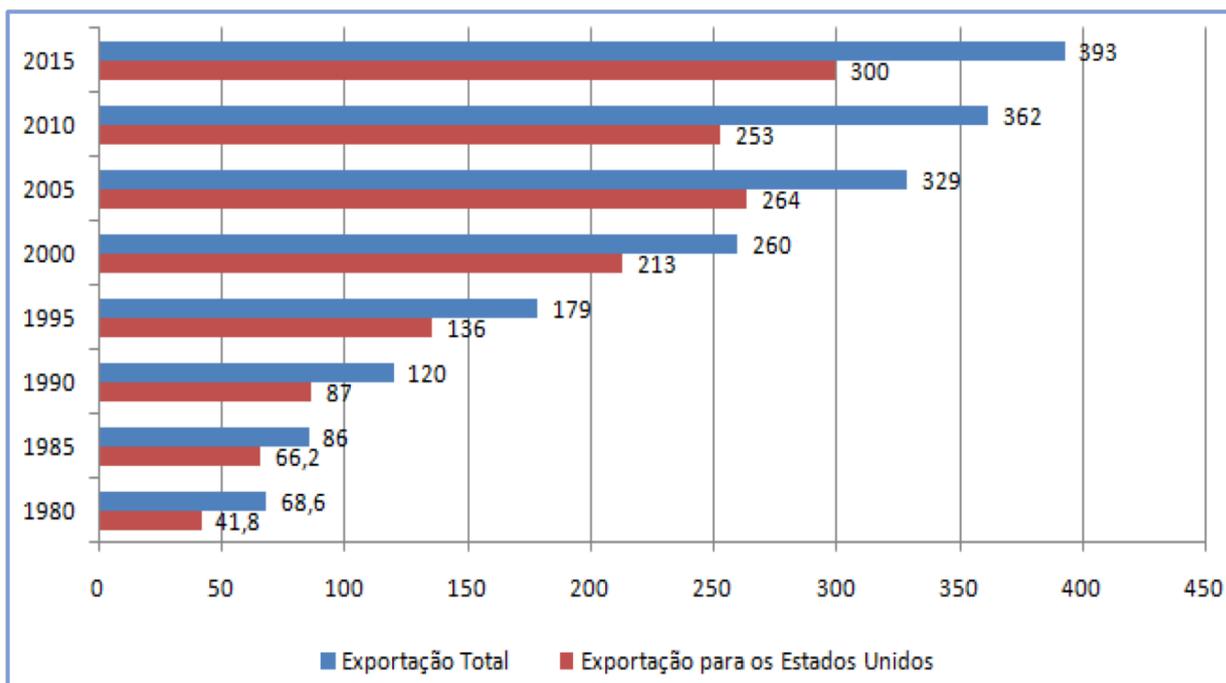
Para Hoberg (2000) mesmo os Estados Unidos sendo um ator dominante no comércio canadense desde o início do século XX, a liberalização do mercado nos anos de 1980-90 fortaleceu as relações comerciais entre os países e, conseqüentemente, aumentou o nível de dependência entre os mesmos, principalmente do Canadá para com os Estados Unidos.

Segundo os dados do Observatório de Complexidade Econômica, desde os anos 1980, a presença estadunidense na economia canadense manteve alto tanto seus níveis de exportação de bens e serviços canadenses para os EUA, quando os níveis de importação de bens e serviços dos EUA. Como é possível observar nos gráficos 1 e 2, os Estados Unidos foram o principal parceiro comercial do Canadá, representando mais de 50% do mercado importador e exportador do país em todos os anos analisados, chegando a constituir 82% do mercado de exportação canadense no ano de 2000.

---

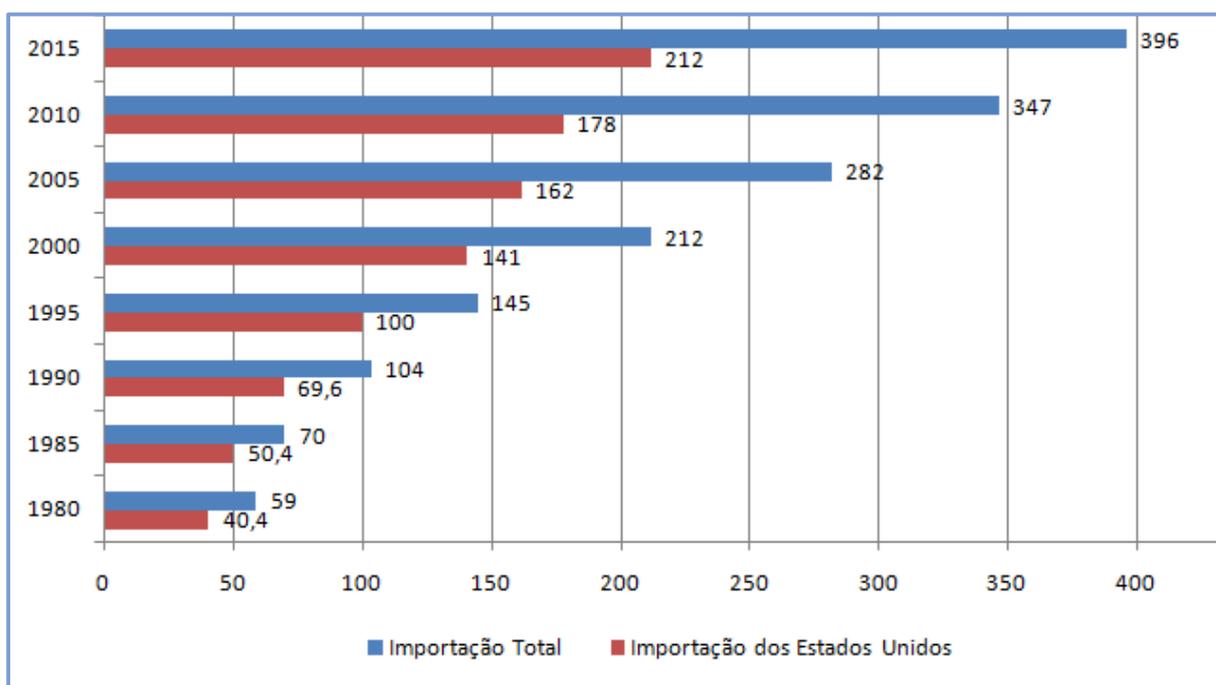
<sup>5</sup> O país chegou a ocupar a sétima posição como exportador de bens (considerando a UE como ator unitário).

**Gráfico 1 - Valores de Exportação do Canadá (em bilhões de US\$)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Observatório de Complexidade Econômica

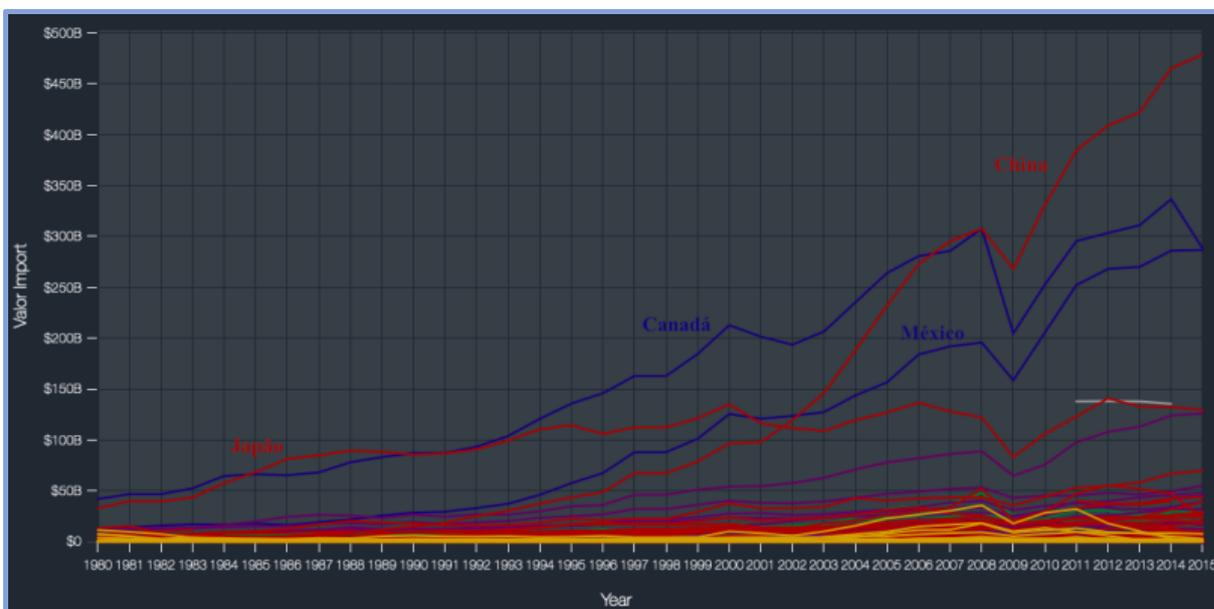
**Gráfico 2 – Valores de Importação do Canadá (em bilhões de US\$)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Observatório de Complexidade Econômica

De acordo com os dados do Observatório de Complexidade Econômica, assim como os Estados Unidos ocupa o lugar de principal parceiro comercial do Canadá, o mercado canadense foi, por diversos anos, a principal origem de importação e o principal destino de exportação de bens e serviços que entravam e saíam do território estadunidense. Assim como é possível observar na Figura 3, nos períodos de 1980 a 1985 e 1990 a 2007, o grande mercado de importação estadunidense foi o Canadá.

**Figura 3 - Origem das importações para os Estados Unidos (1980-2015)**

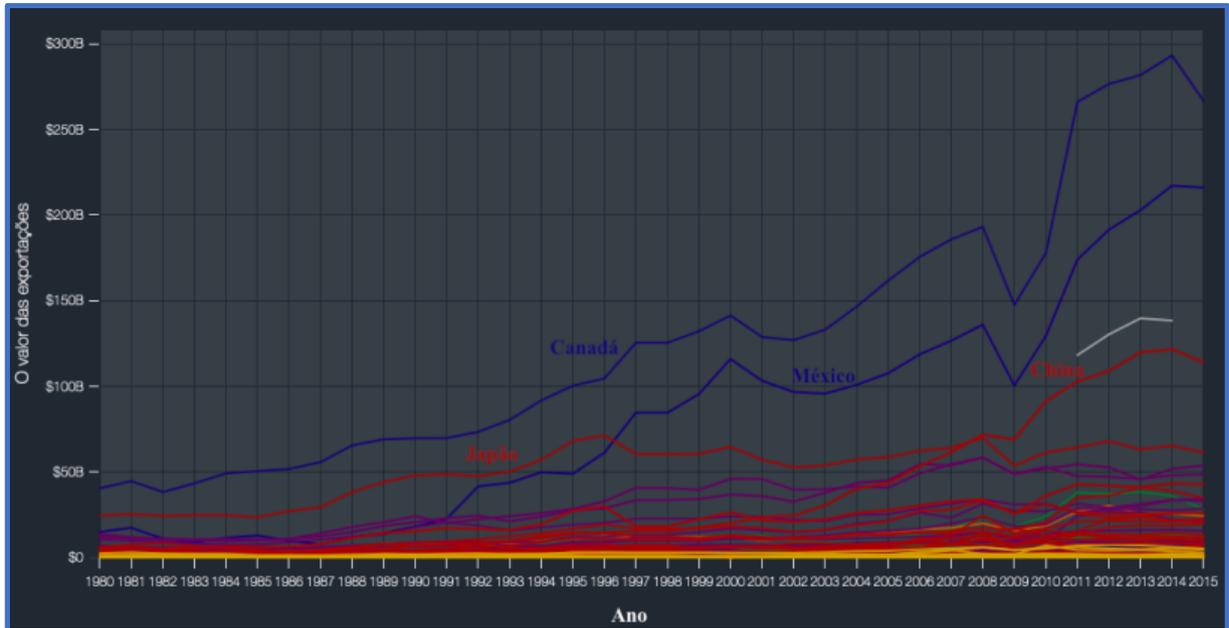


Fonte: Observatório de Complexidade Econômica<sup>6</sup>

E, durante todo o período de análise, o Canadá foi o maior destino de produtos e serviços estadunidenses, chegando a absorver 24% das exportações totais dos Estados Unidos em 1995, de acordo com os dados do Observatório de Complexidade Econômica, conforme pode ser observado na Figura 4 e no Gráfico 3.

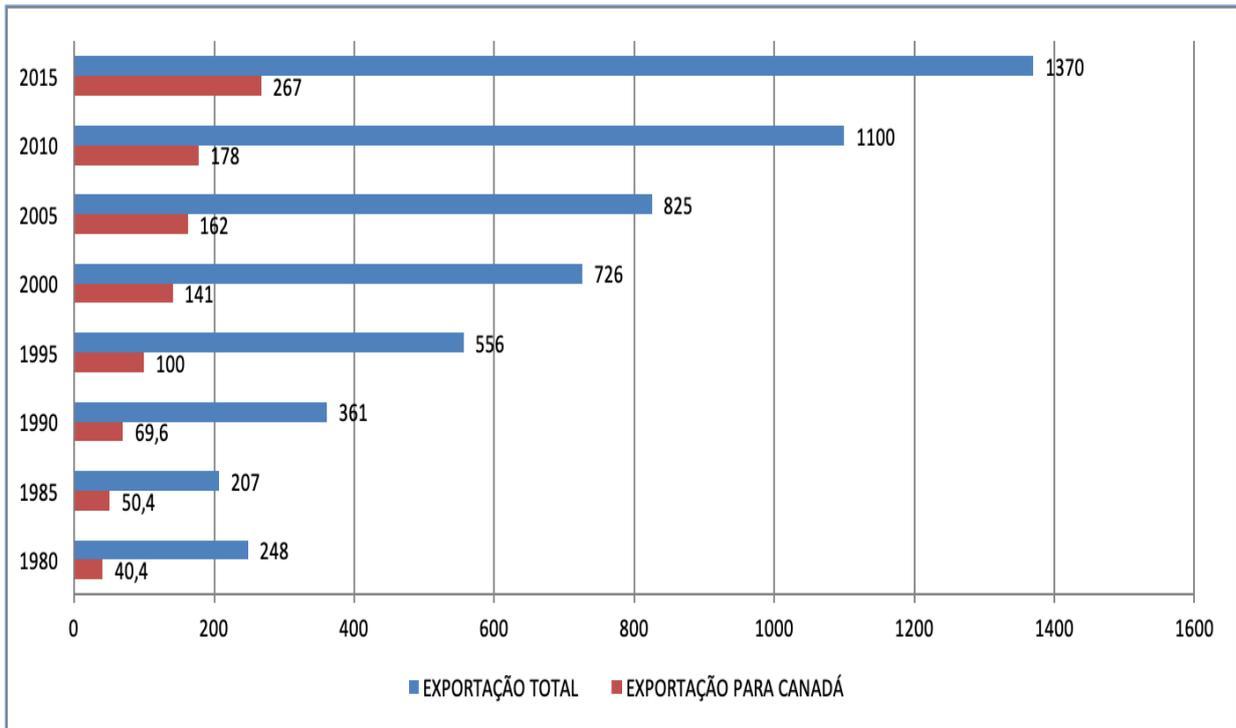
<sup>6</sup> Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/line/sitc/import/usa/show/all/1980.2015>.

**Figura 4 - Destino das Exportações dos Estados Unidos (1980 -2015)**



Fonte: Observatório de Complexidade Econômica<sup>7</sup>

**Gráfico 3 - Valores de Exportação dos Estados Unidos (em bilhões de US\$)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Observatório de Complexidade Econômica

<sup>7</sup> Disponível em <https://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/line/sitc/export/usa/show/all/1980.2015/>.

Após a realização da análise de dados dos gráficos acima, é necessária a seguinte indagação: sendo os Estados Unidos o principal parceiro comercial do Canadá e vice-versa, não seria correto afirmar que os países são interdependentes?

Para responder esta questão, se faz necessário retornar à análise inicial de Baldwin (1968) sobre interdependência e entender a mesma não mais como a existência factual das fortes relações econômicas entre Canadá e Estados Unidos, mas sim a partir da análise proporcional que as mesmas representam entre os países.

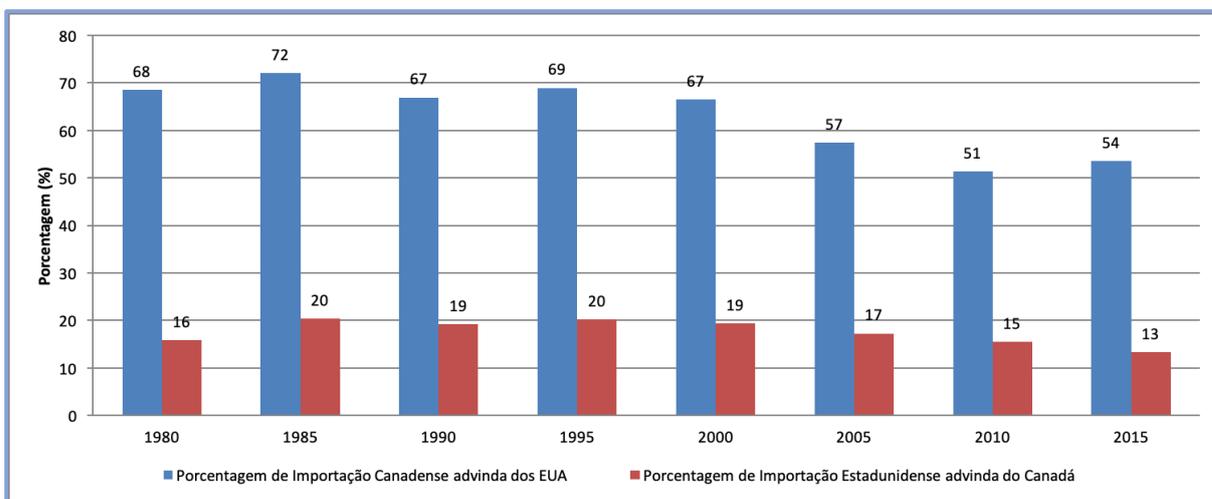
Assim como já observado, para o Canadá, ao longo do período analisado (1980-2015), os Estados Unidos – como principal parceiro comercial – foi origem e destino de mais de 50% do comércio de bens e serviços canadense. Porém, ainda que o Canadá representasse o principal destino de exportação – e por muito tempo a principal fonte de produtos importados dos Estados Unidos ao longo dos anos, a importância deste mercado, quando em comparação com os demais países que realizam comércio com os EUA é relativamente menor.

Admitindo-se, portanto, que durante o período de análise, o Canadá foi percentualmente o país que mais importou dos Estados Unidos, e que foi o segundo mercado de importação dos Estados Unidos nos anos de 1985 (no qual o Japão foi origem de 21% das importações estadunidenses), 2010 e 2015 (período no qual a China foi responsável por respectivamente 19 e 22 por cento do mercado de importação para os EUA) e o primeiro nos demais anos de análise -segundo o Observatório de Complexidade Econômica - a comparação entre as porcentagens de importação e exportação realizadas no período previamente analisado, pode ser observada nos gráficos 4 e 5 abaixo. <sup>8</sup>

---

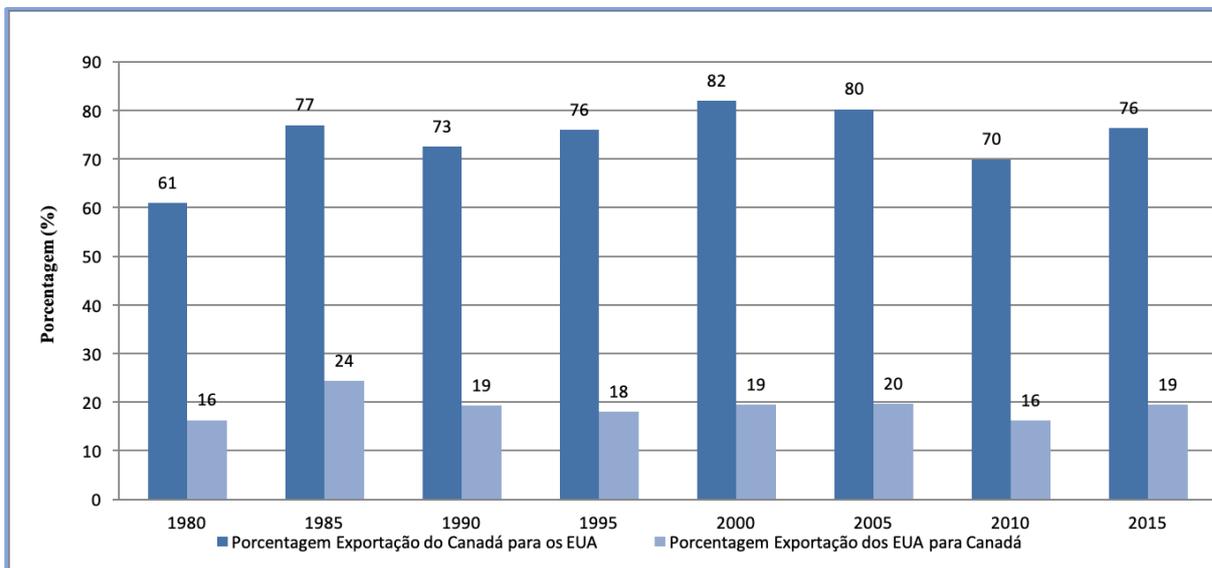
<sup>8</sup> É importante destacar que os gráficos 4 e 5 foram produzidos para facilitar a comparação dos níveis de dependência entre os países.

**Gráfico 4 - Comparação das porcentagens de pauta Importação entre Estados Unidos e Canadá**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Observatório de Complexidade Econômica

**Gráfico 5 - Comparação das porcentagens de pauta de Exportação entre Estados Unidos e Canadá**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Observatório de Complexidade Econômica

A partir dos gráficos comparativos, é possível observar que a porcentagem canadense de importação e exportação com o mercado estadunidense é absolutamente maior que no caso contrário. No ano 2000, por exemplo, os Estados Unidos representaram 82% do mercado de exportação canadense, enquanto que, no mesmo ano, o Canadá (que foi o maior mercado de

destino dos bens e serviços estadunidenses) representou apenas 19% das exportações dos Estados Unidos.

Pode-se concluir, então, que a importância das relações comerciais entre os dois países é de maior importância para o Canadá, visto que o mesmo exporta e importa a maior parte dos seus produtos para o seu vizinho. Tal relação explica os motivos de Baldwin para negar a existência de uma forte interdependência entre as nações, uma vez que o Canadá é absolutamente mais dependente economicamente dos Estados Unidos do que os Estados Unidos são da economia canadense

#### **4.6 A Política de Alinhamento do Canadá**

A partir da análise das dimensões política, de segurança e econômica das relações entre Estados Unidos e Canadá realizada previamente, esta seção do trabalho busca explorar brevemente a política de alinhamento do Canadá, a fim de apresentar de forma mais concreta o papel dos Estados Unidos na Política Externa Canadense. Tal estudo empírico é baseado no trabalho de Paquin e Beauregard (2013) intitulado “*Shedding Light on Canada’s Foreign Policy Alignment*”, que analisou de forma comparativa discursos e declarações oficiais de quatro países (Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e França) sobre crises internacionais, a fim de averiguar a política de alinhamento canadense.

De acordo Paquin e Beauregard (2013, p.618, tradução nossa)

Pode-se dizer que o alinhamento ocorre quando um governo publicamente adota a posição de outro governo depois de um fato, ou, de outra forma, quando um Estado modifica ou atualiza sua posição a fim de homogeneizar suas respostas.

Ou seja, para os autores, a partir do momento em que um país toma a decisão de adotar uma posição já proferida por outro país, o mesmo está alinhando-se a ele. Existe, entretanto, uma diferença entre alinhamento e concordância para os estudos de Paquin e Beauregard (2013), uma vez que a concordância é baseada na convergência de interesses entre aliados, que pode ocorrer sem que tenha havido consulta entre os países, e isso poderia resultar em posicionamentos semelhantes, levados a público normalmente no mesmo dia.

Segundo Paquin e Beauregard (2013), a principal teoria de alinhamento político canadense é a teoria do Continentalismo, que sugere que o Canadá possui “pouco espaço de manobra” quando se trata de se posicionar politicamente no sistema internacional, uma vez que o mesmo depende econômica e politicamente dos Estados Unidos. De acordo com os teóricos desta vertente

[...] os interesses canadenses não podem ser desassociados dos interesses dos Estados Unidos. Qualquer oposição de posição política tomada por Ottawa em relação a Washington não seria tida como interesse nacional canadense, uma vez que tal oposição poderia prejudicar a privilegiada posição que Ottawa aproveita com Washington (PAQUIN; BEAUREGARD, 2013, p.620, tradução nossa)

Tal teoria vai ao encontro das Teorias de Política Externa Canadense que entendem os Estados Unidos como o grande influenciador das políticas canadenses- tais como a Teoria da Dependência Madura ou as Teorias de Classe Dominante, estudadas previamente no Capítulo 3. Para as teorias de dependência, a política externa canadense é extremamente dependente da estadunidense, uma vez que grande parte da economia do Canadá está interligada à economia dos Estados Unidos, principalmente via capital de investimento externo – fazendo com que, as decisões dos donos de capital acabem por influenciar a tomada de decisão política canadense

Já as Teorias de Classe Dominante encontram na teoria do Continentalismo a convergência das ideias de que a classe dominante canadense possui interesses na perpetuação das relações de poder capitalistas, as mesmas que são defendidas na manutenção do status hegemônico dos Estados Unidos. Por tal razão, as políticas internacionais canadenses serão, na maior parte das vezes, alinhadas às políticas estadunidenses

De acordo com o estudo de Paquin e Beauregard (2013), para que tais argumentos sejam validados, a análise fornecida pelos mesmos deve demonstrar que,

quando deparados com eventos internacionais, como crises externas, os governos Canadenses alinham suas posições políticas com as dos Estados Unidos, independentemente das posições tomadas por outros países alinhados. (PAQUIN; BEAUREGARD, 2013, p.620, tradução nossa)

Outra teoria que se torna necessária para análise deste estudo é a teoria da unilateralidade das ações canadenses. Segundo ela, há uma tendência de que o governo canadense aja de forma unilateral no sistema internacional, baseando principalmente nos valores e interesses do Canadá no mundo. Esta visão, segundo Paquin e Beauregard (2013) foi fortalecida devido a diversas posições tomadas pelo Canadá no governo do Primeiro Ministro Harper – como por exemplo, a retirada canadense do Protocolo de Kyoto, tão repudiada pela comunidade internacional, uma vez que o país foi o primeiro a se retirar do acordo.

Para que tais argumentos sejam validados, tal teoria, de acordo com Paquin e Beauregard (2013), deve demonstrar que o Canadá se posiciona antes (e sozinho) de qualquer um de seus maiores aliados.

Em seu trabalho de pesquisa, Paquin e Beauregard (2013), oferecem a análise de outras duas teorias<sup>9</sup>: a Teoria dos Laços Transatlânticos, que remete a um possível alinhamento político do Canadá com seus maiores aliados europeus (França e Inglaterra) e também a Teoria Anglo-saxônica, que remete a um possível alinhamento entre países anglo-saxões, como Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, Canadá e Reino Unido. Porém, por tratarem-se de teorias que não observam as relações bilaterais Canadá-Estados Unidos, e por não possuírem capacidade explicativa do tema proposto por este trabalho, os resultados de tais teorias não serão evidenciados nesta pesquisa.

A pesquisa de Paquin e Beauregard (2013) se deu a partir da análise comparativa do conteúdo das declarações oficiais publicadas pelos líderes governamentais de quatro Estados: Canadá, Estados Unidos, França e Grã-Bretanha. Para determinar as políticas do Canadá, as declarações analisadas vieram do Gabinete do Primeiro Ministro Canadense ou do Departamento de Política Externa e Comércio Internacional do Canadá; e para determinar os posicionamentos dos Estados Unidos da América, as declarações analisadas partiram da Casa Branca ou do Departamento de Estado dos Estados Unidos. As declarações incluíram: “declarações oficiais, informativas de imprensa, cartas publicas e entrevistas publicadas em sites oficiais e nos artigos das agencias selecionadas” (PAQUIN, BEAUREGARD, 2013, p.626, tradução nossa).

Os autores fizeram a análise de importantes crises de segurança internacional; a Revolução Laranja na Ucrânia (2004-2005), a Revolução dos Cedros no Líbano (2005), a Guerra entre Israel e Hezbollah (2006), a Guerra Russo-Georgiana (2008), a Revolução do Egito (2011) e a Guerra Civil da Líbia (2011). A análise de posicionamento entre os países foi feita a a partir de 47 posicionamentos-chave, que foram selecionados a quando pelo menos 3 dos 4 Estados analisados haviam publicado declarações sobre os temas. Os resultados da pesquisa podem ser observados na tabela abaixo.

---

<sup>9</sup> Para mais informações sobre as teorias deixadas de lado, ler Paquin e Beauregard (2013).

**Tabela 2 - Resultados, em porcentagem, dos Posicionamentos Diplomáticos Canadenses por Crise (2004-2011)**

Casos	Alinhamento com				Concordância com			
	EUA	Reino Unido	França	Europa	EUA	Reino Unido	França	Europa
<b>Martin</b>								
Ucrânia	75	75	75	75	25	25	0	25
Líbano	90	50	80	90	10	10	10	10
<b>Harper</b>								
Israel-Hezbollah	25	12.5	37.5	37.5	50	0	0	0
Rússia- Geórgia	50	0	75	75	25	0	0	0
Egito	77.8	33.3	44.7	44.7	0	0	0	0
Líbia	66.7	33.3	58.3	75	0	0	7.1	7.1
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>34</b>	<b>59.6</b>	<b>66</b>	<b>14.9</b>	<b>4.3</b>	<b>4.3</b>	<b>6.4</b>

Fonte: Paquin e Beauregard (2013, p.631)

Como é possível observar na tabela de número 2, o estudo revela que o Canadá alinhou seu posicionamento 66% das vezes nos casos estudados, e entrou em concordância em aproximadamente 15% dos casos. Isto significa que, em “aproximadamente dois terços do tempo, o Canadá emitiu uma declaração após os Estados Unidos já terem se posicionado, e em muitas vezes usando as mesmas palavras” (PAQUIN, BEAUREGARD, 2013, p.628, tradução nossa).

A Teoria do Unilateralismo acabou por ser refutada, uma vez que em apenas três dos 47 posicionamentos analisados, o Canadá foi o primeiro dos países se posicionar entre os seis casos de crise (ou seja, 6,4% das vezes). Segundo os autores, o Canadá foi o país que menos agiu unilateralmente entre os 4 países analisados, pois todos os outros se posicionaram mais vezes primeiramente em relação a alguma crise e, em todos os casos em que foi o primeiro a se posicionar, as consequências de seu posicionamento eram quase nulas (PAQUIN, BEAUREGARD, 2013).

Mesmo considerando as limitações da análise comparativa realizada por Paquin e Beauregard (2013) – tais como número de casos analisados, a abrangência política do estudo, uma vez que o mesmo engloba apenas dois governos canadenses e sua limitação política, por não ter acesso a declarações e conversas não oficiais - é possível absorver da pesquisa importantes conclusões empíricas.

Conclui-se que, nos casos analisados, é possível afirmar que a Teoria do Continentalismo é bastante explicativa dentro da análise de políticas de alinhamento do

Canadá, uma vez que, considerando apenas países como atores unitários, a maioria dos alinhamentos políticos se deu com os Estados Unidos da América (cerca de 66%).

Segundo o estudo, também é possível refutar teorias de unilateralismo canadenses, uma vez que somente em 6% dos casos analisados o país agiu de forma unilateral, sendo o primeiro país a se posicionar.

Desta forma, a pesquisa de Paquin e Beauregard (2013) oferece dados empíricos para complementar o presente estudo, que partiu da análise das relações assimétricas entre os Estados Unidos e o Canadá, tanto na dimensão econômica e de segurança quanto na política.

Sobre a dimensão política, foi possível observar primeiramente que os Estados Unidos não possuem apenas uma política externa direcionada ao seu vizinho ao norte, enquanto o Canadá, apesar de se afastar ou se aproximar dos Estados Unidos em detrimento de questões domésticas, mantém uma política de alinhamento constante com o mesmo.

Na dimensão de segurança, a cooperação militar e de defesa entre os países se mostra forte, uma vez que as características de proximidade geográfica fazem com que os interesses de proteção continental se conciliem. Porém, a relação assimétrica de poder entre os países gera custos para o Canadá, que acaba por depender da indústria bélica estadunidense e se vê pressionado a engajar em operações militares muitas vezes rejeitadas por sua população.

Tal relação diferenciada entre os países, foi melhor esclarecida na análise da relação econômica entre Canadá e Estados Unidos. Foi possível observar que a ideia de interdependência econômica entre os países é refutada por uma análise comercial entre eles, que demonstra que, apesar de terem sido por muitos anos o principal parceiro comercial um do outro, o Canadá possui mais de 50% de seu comércio vinculado aos Estados Unidos, enquanto que, para os Estados Unidos, o comércio com Canadá, não chega a representar 20% da origem ou destino na maioria de suas transações comerciais.

Tendo em mente tanto as relações politicamente assimétricas como a dependência econômica do Canadá para com os Estados Unidos, foi possível observar, através da análise de política de alinhamento, que o Canadá não age de forma independente dentro do sistema, uma vez que é constrangido por sua relação de dependência com os Estados Unidos da América.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia buscou demonstrar como a relação com os Estados Unidos influencia, principalmente nas dimensões política e econômica, o Estado canadense. Buscou-se apresentar também como os níveis de influência estadunidense acabam por tornar a política externa canadense dependente de seu vizinho.

Para a visão construtivista, a análise de política externa, como retratado no capítulo dois por Salomón e Pinheiro (2013), deve incluir o processo de construção social que envolve a tomada de decisão - tais como influências, práticas sociais e contextos. Tal entendimento se fez muito necessário ao longo do estudo, uma vez que a compreensão do processo decisório de um país não é simples, e o uso de diversas lentes conceituais acaba por ser fundamental no exercício da análise. Assim, devido à breve revisão teórica efetuada no capítulo dois, se fez possível o entendimento das diversas perspectivas sobre a política externa canadense, apresentadas ao longo do mesmo capítulo .

As escolas de estudo de PEC iluminam as diferentes faces internacionais do Canadá – a de promotor da paz e dos direitos humanos, a de defensor das instituições internacionais e, também, a de forte aliado econômico, político e militar dos Estados Unidos. É necessário destacar que tais visões não são, necessariamente, excludentes entre si – as mesmas podem até mesmo ser complementares umas às outras. A partir da análise das teorias que entendem o Canadá como Potência Pequena – como a Teoria da Dependência ou as Teorias de Classe Dominante – é possível conceber a promoção do Canadá como Potência Média como uma política necessária na difusão dos ideais hegemônicos no pós-Segunda Guerra Mundial. Ou seja, a existência de uma classe dominante canadense, que é ligada (ou até mesmo parte) à classe dominante estadunidense, e que tem profundo interesse de manutenção do status quo capitalista e na ampliação da ideologia liberal, auxiliou na formação de uma nova ordem global. Dessa forma, assim como retratado por Neufeld (1999) a imagem de um Canadá como Potência Média ajudou os governos canadenses a formar uma economia forte e também a ganhar apoio popular doméstico para intervenções externas, a fim de implementar a paz e a democracia-liberal – tal qual os interesses dos Estados Unidos.

Ao longo do capítulo quatro foi possível analisar as condições políticas, econômicas e de segurança, formadas a partir desta nova ordem, da relação entre Canadá e Estados Unidos. A base deste relacionamento, segundo Hale (2012), é a característica assimétrica das relações entre os países. Tal característica condiciona o Canadá a uma situação de dependência para com o seu vizinho: dependência política dos agentes internos estadunidenses, dependência

militar através de acordos bilaterais e, principalmente, dependência econômica comercial e financeira.

Assim como demonstrado através de dados retirados do Observatório de Complexidade Econômica, há entre o Canadá e os Estados Unidos uma forte ligação econômica – ambos podem ser considerados seus principais parceiros econômicos. A grande diferença entre eles é o nível de dependência de um para com o outro - enquanto a parceria com os Estados Unidos representa em média mais de 50% das relações comerciais canadenses, a parceria com o Canadá não chega a representar 20% das relações comerciais estadunidenses. Além disso, como foi possível avaliar através do estudo da Teoria da Dependência Madura, no capítulo 2, a forte presença estadunidense através de investimentos direto externo no Canadá torna a relação de dependência ainda mais exacerbada.

Adicionalmente, foi possível observar, a partir dos estudos comparativos de Paquin e Beauregard (2013) sobre o alinhamento canadense em crises internacionais, que a política externa do Canadá tende a se alinhar com a política externa dos Estados Unidos. Segundo os autores, assim como observado no capítulo quatro, o Canadá pouco age unilateralmente no sistema internacional, ou seja, sua política externa acaba sempre por depender de posicionamentos e decisões de outros atores do sistema internacional – principalmente dos Estados Unidos.

Em resumo, pode-se dizer que o objetivo geral do trabalho foi alcançado – foi possível analisar como as relações bilaterais entre Estados Unidos e Canadá podem influenciar as decisões políticas canadenses devido a assimetria da relação, consequentemente fazendo com que o Canadá não aja de forma independente no Sistema Internacional. Por conseguinte, os objetivos específicos também foram atingidos ao longo do estudo: a análise do debate entre Potência Média e Potência Pequena estruturou o estudo da relação entre o Canadá e os Estados Unidos, corroborando também com a análise de política externa, demonstrando a dependência do Canadá para com o seu vizinho.

Entretanto, a autora reconhece que alguns tópicos acabaram não sendo trabalhados na presente monografia. Como, por exemplo, o estudo das diferenças culturais entre o Canadá e os Estados Unidos, e a possível “americanização” da cultura canadense. Apesar de não ter sido um dos objetivos do trabalho, a autora possui interesse no assunto e o mesmo poderá ser melhor analisado em projetos acadêmicos futuros.

## REFERÊNCIAS

BALDWIN, David A.. Canadian-American Relations: Myth and Reality. **International Studies Quarterly**, [s.l.], v. 12, n. 02, p.127-151, jun. 1968. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3013497>>. Acesso em: 21 maio 2019.

BARRY, Donald. Chrétien, Bush, and the War in Iraq. **American Review Of Canadian Studies**, [s.l.], v. 35, n. 2, p.215-245, ago. 2005. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/02722010509481371>. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/02722010509481371#tabModule>>. Acesso em: 09 maio 2019.

BURGES, Sean. Canada's Postcolonial Problem: The United States and Canada's International Policy Review. **Canadian Foreign Policy**. [s.i], p. 97-111. jan. 2006. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/11926422.2006.9673421>>. Acesso em: 14 out. 2018.

CHAPNICK, Adam. The Canadian Middle Power Myth. **International Journal**. Toronto, p. 188-206. mar. 2000. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/40203476?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/40203476?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 28 set. 2018.

COOPER, Andrew F.. In search of niches: Saying “yes” and saying “no” in Canada's international relations. **Canadian Foreign Policy Journal**. Ottawa, p. 1-13. set. 1995. Disponível em: <<https://tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/11926422.1995.9673071#tabModule>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

DEUDNEY, Daniel; MEISER, Jeffrey W.. American exceptionalism. In: COX, Michael; STOKES, Doug. **US Foreign Policy**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2008. Cap. 3. p. 22-38.

EK, Carl; FERGUSSON, Ian F.. CANADA-U.S. RELATIONS. **Current Politics And Economics Of The United States, Canada, And Mexico**. [s.i.], p. 73-155. jan. 2014.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à Análise de Política Externa**. São Paulo: Saraiva, 2011. 1 v. Disponível em: <<https://ainterpil.files.wordpress.com/2014/05/figueira-introduc3a7c3a3o-a-anc3a1lise-de-polc3adtica-externa.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

GECELOVSKY, Paul. Constructing a middle power: Ideas and Canadian foreign policy. **Canadian Foreign Policy Journal**. Ottawa, p. 77-93. jan. 2009. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/11926422.2009.9673483>>. Acesso em: 06 maio 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 200 p. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

GOVERNMENT OF CANADA. **Discover Canada: Canada's History**. 2015. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/corporate/publications-manuals/discover-canada/read-online/canadas-history.html>>. Acesso em: 24 maio 2019.

GOVERNMENT OF CANADA. **The Permanent Joint Board on Defence**. 2011. Disponível em: <<http://www.forces.gc.ca/en/news/article.page?doc=the-permanent-joint-board-on-defence/hnmx19nf>>. Acesso em: 25 jun. 2019

HALE, Geoffrey. **So Near Yet So Far: The Public and Hidden Worlds of Canada–US Relations**. [s.i.]: Ubc Press, 2012. 440 p.

HAMMER, Heather-jo; GARTRELL, John W.. American Penetration and Canadian Development: A Case Study of Mature Dependency. **American Sociological Review**. Chicago, p. 201-213. abr. 1986. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/2095516?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2095516?seq=1#metadata_info_tab_contents)>. Acesso em: 19 maio 2019.

HOBERG, George. Canada and North American Integration. **Canadian Public Policy / Analyse de Politiques**. Toronto, p. 35-50. ago. 2000. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3552570>>. Acesso em: 15 maio 2019.

HOLLAND, Kenneth. The Canada–United States defence relationship: a partnership for the twenty-first century. **Canadian Foreign Policy Journal**, Ottawa, p. 241-246. ago. 2014. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/11926422.2014.995686>>. Acesso em: 16 maio 2019.

HOWARD, Peter; NEUFELDT, Reina. Canada's constructivist foreign policy: Building norms for peace. **Canadian Foreign Policy Journal**. Ottawa, p. 11-38. jan. 2000. Disponível em: <<https://tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/11926422.2000.9673233#tabModule>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

HUDSON, Valerie. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**. Oxford, p. 1-30. mar. 2005. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/331946/mod\\_resource/content/1/Hudson-2005-Foreign\\_Policy\\_Analysis.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/331946/mod_resource/content/1/Hudson-2005-Foreign_Policy_Analysis.pdf)>. Acesso em: 07 abr. 2019.

KEATING, Tom; MURRAY, Robert W.. Mutual constitution or convenient national interest?: The security strategies of Canada and the United States since 1991. **Canadian Foreign Policy Journal**. Ottawa, p. 247-258. ago. 2014. Disponível em: <[https://www-tandfonline.com.proxy.bib.uottawa.ca/doi/pdf/10.1080/11926422.2014.977312?needAccess=true](https://www.tandfonline.com.proxy.bib.uottawa.ca/doi/pdf/10.1080/11926422.2014.977312?needAccess=true)>. Acesso em: 11 abr. 2019.

KIRTON, John. **Canadian Foreign Policy**. 2015. Disponível em: <[http://www.g8.utoronto.ca/teaching/312-2015\\_syllabus.pdf](http://www.g8.utoronto.ca/teaching/312-2015_syllabus.pdf)>. Acesso em: 04 maio 2019

KITCHEN, Veronica. Smarter Cooperation in Canada-US Relations? **International Journal**. Toronto, p. 693-710. jul. 2004. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/40203963?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/40203963?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 06 maio 2019.

MAHANT, Edelgard E.; MOUNT, Graeme S.. **An introduction to Canadian-American relations**. Agincourt: Methuen, 1984. 319 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/introductiontoca0000maha/page/n3>>. Acesso em: 12 maio 2019.

MORGENTHAU, Hans. **A Política Entre As Nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 1948. 1152 p. Tradução de Oswaldo Biato. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/al000232.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

NEPOMUCENO, Daniele Marino Lelles Abib. **O Brasil, a resolução de conflitos e a interdependência entre segurança e desenvolvimento: a “visão brasileira” como contraproposta à “visão tradicional”**. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=21019@1>>. Acesso em: 05 maio 2019.

NEUFELD, Mark. Democratization in/of Canadian Foreign Policy: Critical Reflections. **Studies In Political Economy**, Ottawa, v. 57, n. 1, p.97-119, jan. 1999. Disponível em: <<https://tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/19187033.1999.11675276#tabModule>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

ONUF, Nicholas. Constructivism: A User's Manual. In: ONUF, Nicholas. **Making Sense, Making Worlds: constructivism in social theory and international relations**. Oxson: Routledge, 1998. p. 3-20.

PAQUIN, Jonathan; BEAUREGARD, Philippe. Shedding Light on Canada's Foreign Policy Alignment. **Canadian Journal Of Political Science**. [s.i.], p. 617-643. set. 2013. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/272551290\\_Shedding\\_Light\\_on\\_Canada%27s\\_Foreign\\_Policy\\_Alignment](https://www.researchgate.net/publication/272551290_Shedding_Light_on_Canada%27s_Foreign_Policy_Alignment)>. Acesso em: 06 fev. 2019.

PINTO, Maria do Céu. Contributos das teorias das RI para o estudo das organizações internacionais e da integração regional. **Relações Internacionais**, Lisboa, v. 16, n. 1, p.85-101, dez. 2007. Disponível em:

<[http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri16/RI16\\_07MCPinto.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri16/RI16_07MCPinto.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2018.

PRATT, Cranford. Dominant Class Theory and Canadian Foreign Policy: The Case of the Counter-Consensus. **International Journal**. Toronto, p. 99-135. dez. 1983. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/40202223?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/40202223?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 27 maio 2019.

SALOMÓN, Mônica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 56, n. 1, p.40-59, jan./jun. 2013. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n1/03.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SANTOS, Marcelo. A SUPREMACIA DOS EUA NO PÓS-GUERRA FRIA. **Perspectivas**, São Paulo, v. 29, p.37-66, jan. 2006. Semestral. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/32>>. Acesso em: 06 maio 2019.

SMITH, Steve. Theories of Foreign Policy: An Historical Overview. **Review Of International Studies**, Cambridge, v. 12, n. 1, p.13-29, jan. 1986. Disponível em:

<<https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/theories-of-foreign-policy-an-historical-overview/80F3ACC93F11B8FA8BF441A70D9860DB>>. Acesso em: 07 maio 2019.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Where does Canada export to?** Disponível em:

<[https://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/tree\\_map/hs92/export/can/show/all/2017/](https://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/tree_map/hs92/export/can/show/all/2017/)>. Acesso em: 19 maio 2019.

VAN KOOTEN, G. Cornelis. Economic Analysis of the Canada–United States Softwood Lumber Dispute: Playing the Quota Game. **Forest Science**. Oxford, p. 712-721.

ago.2002. Disponível em:

<<https://academic.oup.com/forestscience/article/48/4/712/4617200>>. Acesso em: 18 maio 2019.

VON HLATKY, StÉfanie; TRISKO, Jessica N.. Sharing the Burden of the Border: Layered Security Co-operation and the Canada–US Frontier. **Canadian Journal Of Political Science**. [s.i.], p. 63-88. mar. 2012. Disponível em:

<<https://www.cambridge.org/core/journals/canadian-journal-of-political-science-revue-canadienne-de-science-politique/article/sharing-the-burden-of-the-border-layered-security-cooperation-and-the-canadaus-frontier/0380714F52FEF867FEAA3769929752EA>>. Acesso em: 23 maio 2019.

VUCETIC, Srdjan. Why did Canada sit out of the Iraq war?: One constructivist analysis. **Canadian Foreign Policy Journal**, Ottawa, p. 133-153. jan. 2006. Disponível em: <<https://tandfonlinecom.proxy.bib.uottawa.ca/doi/pdf/10.1080/11926422.2006.9673423?needAccess=true>>. Acesso em: 07 maio 2019.

WALT, Stephen M.. International Relations: One World, Many Theories. **Foreign Policy Analysis**. Washington, p. 29-46. Não é um mês valido! 1998. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/1149275?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/1149275?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 07 maio 2019.

WENDT, Alexander. A Anarquia é o que os Estados fazem dela: a construção social da política de poder. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 2, n. 3, p.420-473, jan./jun. 2013. Semestral. Tradução de Rodrigo Duque Estrada. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2188>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Trade Profiles**. Disponível em: <<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=E&Country=CA%2cUS>>. Acesso em: 19 maio 2019.